



Fórum Brasileiro
de Economia Solidária

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA
Secretaria Executiva

SCS Quadra 2 – Bloco C
Edifício Arnaldo Villares, sala 514
70.324-900 Brasília – DF

Fone/Fax: (61)3965-3268
E-mail: forum@fbes.org.br
Página: www.fbes.org.br



VII Reunião da Coordenação Nacional

7 a 10 de maio de 2007

Relatoria: Fernanda, Samara, Rosana e Daniel

Sumário

A. Programação.....	5
B. Abertura.....	5
C. Análise de conjuntura a partir das regiões e entidades nacionais.....	6
C.1. Falas da mesa.....	6
C.1.1. Região Nordeste.....	6
C.1.2. Região Sudeste.....	7
C.1.3. Região Sul.....	7
C.1.4. Região Centro-Oeste.....	7
C.1.5. Região Norte.....	7
C.1.6. Entidades Nacionais.....	7
C.2. Debate em plenária.....	8
D. Reação dos Fóruns Estaduais e Entidades Nacionais ao documento provocativo.....	10
D.1. Retrato da entrega de relatórios dos FEESs e Entidades Nacionais.....	10
D.2. Sistematização das reações dos Fóruns Estaduais e Entidades Nacionais ao documento provocativo.....	11
D.2.1. Reações sobre o eixo agregador/orientador.....	11
Como articular a inclusão social a um outro projeto de desenvolvimento, superando o risco de se limitar a ações compensatórias de trabalho e renda?.....	11
Como articular a proposta de desenvolvimento local e um outro projeto de desenvolvimento global, superando a atomização de práticas localizadas e ao mesmo tempo preservando a riqueza da diversidade?... ..	12
Qual a bandeira geral que define esse eixo orientador? E como os quatro eixos se articulam em torno dessa bandeira?.....	12
D.2.2. Reações sobre alianças estratégicas.....	13
Alianças gerais:.....	13
Alianças locais.....	13
Internacionais.....	13
Marco Jurídico.....	13
Finanças Solidárias.....	13

Comercialização.....	13
Formação.....	13
D.2.3. <i>Reações sobre o papel do FBES</i>	13
Comentários quanto à definição do papel do FBES.....	14
Proposta alternativa de definição do papel do FBES.....	14
D.2.4. <i>Reações sobre a relação entre entidades nacionais e atores locais</i>	14
Gestores.....	15
Empreendimentos.....	15
Assessorias.....	15
D.2.5. <i>Reações sobre a Territorialidade</i>	16
D.2.6. <i>Reações sobre gestão e organização interna</i>	17
D.2.7. <i>Reações sobre sustentabilidade</i>	17
D.2.8. <i>Outras propostas que surgiram nos relatórios</i>	17
E. Retrato dos Fóruns Estaduais.....	18
F. Encontros por segmento.....	23
F.1. Reunião dos Empreendimentos solidários.....	23
F.1.1. <i>Sobre a IV Plenária</i>	23
F.1.2. <i>Sobre a Instrução Normativa do Sist. Bras. de Comércio Justo e Solidário</i>	23
F.1.3. <i>Atuação do FBES enquanto movimento social</i>	23
F.1.4. <i>Eixos da IV Plenária</i>	23
Marco Legal.....	23
PRONADES (Programa Nacional de Desenvolvimento da Economia Solidária).....	24
Formação e assistência técnica.....	24
Comercialização: ampliar o seu conceito para abarcar produção e consumo.....	24
F.1.5. <i>Desafio: interiorização do FBES</i>	24
F.1.6. <i>Frente parlamentar</i>	24
F.1.7. <i>Pacto interno</i>	24
F.1.8. <i>Conselho Nacional de Economia Solidária</i>	24
F.1.9. <i>Sobre os segmentos</i>	25
Empreendimentos (protagonismo).....	25
Empreendimentos (identidade).....	25
Entidades de assessoria.....	25
Gestores públicos.....	25
F.2. Reunião das Assessorias Estaduais.....	25
F.2.1. <i>Qual o papel das assessorias estaduais em estimular a participação da Agricultura Familiar nos Fóruns e contribuir com sua interiorização e regionalização?</i>	25
F.2.2. <i>Como o segmento das assessorias estaduais vê os outros segmentos na sistematização apresentada?</i>	26
F.2.3. <i>Qual o papel, compromissos e acordos necessários em cada segmento para o sucesso da Plenária e participação do FBES no CNES?</i>	26
F.3. Reunião dos Gestores Públicos.....	26
F.3.1. <i>Como o segmento de gestores se vê na síntese e análise de conjuntura apresentada?</i>	26
F.3.2. <i>Como o segmento de gestores vê os outros segmentos na síntese e conjuntura?</i>	26
F.3.3. <i>Quais as condições e acordos necessários para o sucesso da plenária e a participação do FBES no</i>	

<i>Conselho?</i>	27
Plenária.....	27
Participação do FBES no CNES.....	27
<i>F.3.4. Relação entre gestores e rede de gestores:</i>	27
F.4. Reunião das Entidades Nacionais.....	27
<i>F.4.1. Destaque</i>	27
<i>F.4.2. Sobre a definição de organizações nacionais</i>	27
<i>F.4.3. Sobre as contribuições das organizações nacionais para a construção do projeto político da economia solidária</i>	28
G. Encaminhamentos para a IV Plenária Nacional.....	29
G.1. Quais eixos temáticos devem ser debatidos na IV Plenária Nacional de ES?.....	30
Eixos temáticos.....	30
Observações.....	30
G.2. Qual o eixo agregador dos 4 eixos temáticos?.....	30
G.3. Quais são as questões de gestão e funcionamento do FBES que devem se debatidas na Plenária?.....	31
G.4. Como deve ser a dinâmica para a plenária?.....	31
<i>G.4.1. Organização:</i>	31
<i>G.4.2. Agenda</i>	31
<i>G.4.3. Composição e quantidade de delegados da Plenária</i>	31
<i>G.4.4. Informação adicional</i>	31
H. Lançamento da Frente Parlamentar em defesa da Economia Solidária.	32
H.1. Carta do FBES em apoio ao lançamento da Frente.....	32
H.2. Relatório da cerimônia.....	33
<i>H.2.1. Falas da mesa</i>	33
<i>H.2.2. Falas da plenária</i>	35
<i>H.2.3. Lista dos deputados presentes ao Lançamento da Frente</i>	38
I. Diálogo do FBES com Ministro do Trabalho e Secretários do MDA e do MDS.....	38
I.1. Falas iniciais.....	38
I.2. Falas da plenária.....	41
I.3. Falas da mesa – encerramento.....	42
J. Informes.....	43
J.1. Programa de Feiras 2007.....	43
<i>J.1.1. Informe inicial</i>	43
<i>J.1.2. Debate em plenária</i>	44
<i>J.1.3. Respostas</i>	45

J.2. Fundos Solidários.....	45
J.3. Rede de Formadores em ES.....	45
<i>J.3.1. Informes iniciais.....</i>	45
Encaminhamentos da II Oficina Nacional de Formação.....	46
<i>J.3.2. Debate em plenária.....</i>	46
J.4. Outros informes.....	47
<i>J.4.1. Pró-Rede de entidades de assessoria.....</i>	47
<i>J.4.2. Rede Brasileira de Bancos Comunitários.....</i>	47
K. Conselho Nacional de Economia Solidária.....	47
K.1. CNES.....	47
<i>K.1.1. Informes iniciais.....</i>	47
<i>K.1.2. Composição do Comitê Permanente.....</i>	48
<i>K.1.3. Composição dos Comitês Temáticos.....</i>	48
L. Debate sobre as articulações internacionais do FBES e diálogo do FBES com Chantier (nossos parceiros do Québec/Canadá).....	49
L.1. Relações internacionais em Economia Solidária.....	49
<i>L.1.1. Fala de Rosemary Gomes.....</i>	49
<i>L.1.2. Debate com a plenária.....</i>	50
L.2. Diálogo com Chantier de l'Économie Sociale do Québec.....	50
<i>L.2.1. Fala de Nancy Neamtan e Thérèse Ste. Marie (Chantier).....</i>	50
<i>L.2.2. Debates com a plenária.....</i>	51
M. Anexos.....	52
M.1. Anexo I – Participantes da VII Reunião da Coordenação Nacional do FBES.....	52
M.2. Anexo II – Composição da Coordenação Executiva do FBES.....	54
Empreendimentos Solidários.....	54
Entidades Nacionais.....	54
Rede de Gestores.....	54

A. Programação

Entre os dias 7 e 10 de maio de 2007, reuniu-se a Coordenação do Fórum Brasileiro, cuja lista de participantes está no Anexo I. A pauta da reunião foi a seguinte:

hora	Dia 7	Dia 8	Dia 9	Dia 10
9h-10h	Abertura – parte 1 - Mística - Onde estamos: a ES no contexto nacional e internacional (Informe da Coordenação Executiva) - Construção participativa de análise de conjuntura, a partir da realidade dos Fóruns Estaduais e entidades nacionais	Socialização dos resultados do encontro por segmentos; Condições para a IV Plenária (trabalho em 6 grupos): 1. Quais são os temas que devem ser debatidos na Plenária? (parte 1 do documento provocativo) 2. Quais são as questões de gestão e funcionamento do FBES que devem ser debatidos na Plenária? (parte 2 do documento provocativo) 3. Qual deve ser a dinâmica para a Plenária (método, agenda e mobilização)	Diálogo entre o FBES e o governo federal: - Ministro do Trabalho e Emprego, Carlos Lupi; - Secretário de Desenvolvimento Territorial do MDA, Humberto Oliveira; - Secretária de Articulação Institucional do MDS, Heliana Kátia; - Secretário de Economia Solidária do MTE, Paul Singer;	Plenária - Encaminhamentos pendentes e de fechamento da agenda nacional - Informes: * feiras (estaduais, sta. maria, pan amazônica) * GT de formação * fundos * outros. Conselho Nacional de ES - Informes e avaliação das duas primeiras reuniões - Situação dos Comitês Temáticos - PPA e SPTER - Debate sobre o FBES e o Conselho: relação, incidência e mediação de conflitos
10h-11h				
11h-12h				
12h-13h				
13h-14h	<i>almoço</i>	<i>almoço</i>	<i>almoço</i>	<i>almoço</i>
14h-15h	Abertura – parte 2 - Aprovação da pauta; - Informes - Mapa dos FEESs e entidades a partir dos relatórios enviados	Frente Parlamentar: - Preparar a ida do FBES ao Lançamento da Frente Parlamentar	Plenária: - Deliberações sobre a IV Plenária Nacional (a partir dos trabalhos em grupo e nos segmentos)	Debate com o Chantier - A realidade da ES no Québec - Debate: A estrutura e atores do FBES e a do Chantier – comparações - A parceria FBES e Chantier: avaliação e perspectivas
15h-16h				
16h-17h	Encontro por segmentos: - EESs - EAFs - Gestores - Entidades Nacionais	Lançamento da Frente Parlamentar de Economia Solidária (- Paralelamente: trabalho da equipe de sistematização dos 6 grupos)		Mística de encerramento
17h-18h				
18h-19h				
19h-20h	<i>jantar</i>	<i>jantar</i>	<i>jantar</i>	<i>Volta aos estados</i>
20h-21h	Continuação do encontro por segmentos	<i>Confraternização</i>	Continuação da Plenária	
21h-22h				

B. Abertura

A manhã do dia 7 de maio foi iniciada com uma mística de abertura, seguida por uma fala de abertura de Benedito (ITCPs), representando a Coordenação Executiva do FBES, que resgatou a situação atual do FBES em nível nacional e internacional.

Fala de Bené de abertura dos debates

Importante resgatar o que o FBES, através da coordenação executiva, tem realizado deste a última reunião da Coordenação Nacional (em junho de 2006). Desde então, o FBES realizou diversos diálogos, em âmbito nacional e também internacional.

Dentro da Rede Internacional, foi o responsável pela articulação na América Latina, participou do II Encontro Latino de ES e o Comércio Justo, manteve relações com o Mercosul e Mercosul Social. Como também manteve contatos com a América do Norte, Venezuela e Equador. A Feira de Santa Maria se tornou um grande espaço de discussão. Além das aproximações e construções de projetos com o Canadá. E temos ainda que citar, no cenário atual, a construção da Feira Pan Amazônica, outro canal de diálogo e construção de interação com outros países.

Nacionalmente, a realização da I Conferência Nacional de Economia Solidária trouxe algumas questões importantes, como políticas públicas e a instalação do Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES). Fato importante, e também um ponto de discussão, o CNES puxou todas as nossas atenções para a construção do Plano Plurianual (PPA), se debruçando em matérias que possam contribuir, programa nacional de apoio, para depois cobrar com recursos de orçamentos. Muitos são os companheiros envolvidos com essa matéria.

Depois do Conselho vieram coisas mais pesadas, resultado das eleições do ano passado, o segundo mandato de Lula e uma série de preocupações, série de rebuliços, mudança do ministro do MTE, toda uma inquietação e a própria rediscussão do espaço da SENAES. Assim, nós da coordenação executiva, fizemos a seguinte tarefa: blindagem da SENAES, pautamos a manutenção de

seus recursos e de seu quadro técnico e de negociação políticas. Há que se preparar uma saída da SENAES para outro patamar.

No que diz respeito à reestruturação, primeira questão “pertencimento/Identidade”, trabalhar a definição de empreendimentos de ES, os atores de ES. Outro ponto, outra discussão, “o que nos define” qual será nossa dinâmica, quais os papéis dos fórum e principalmente, a questão da sustentabilidade, demanda geral vinda de todos os estados dos encontros e debates regionais e estaduais. Outro ponto, com quem estamos nos aliando, que estratégias estamos construindo para sairmos fortalecidos para o debate. O que nós somos? O FBES representa o quê? Porque essa definição abre uma série de debates? Não podemos estar distantes de outros movimentos populares, como o movimentos de mulheres, o ambientalista. Qual é a nossa agenda de desenvolvimento e nossa plataforma central?

Outro ponto, o lançamento da Frente Parlamentar, construímos coisas inéditas, chamamos para o primeiro diálogo que rendeu um bom debate. Tem demandas a levar, o estatuto da ES, história das emendas parlamentares e a criação do programa nacional de apoio à ES. Quanto ao governo, estamos sempre debatendo com o MTE, grandes avanços com o MDA e MDS. MDS, a economia solidária tem sido a porta de inserção das pessoas com cadastro no Bolsa Família. MDA, questão das feiras, sistema de comercialização, capacidades de sustentação do setor rural.

Por fim, tudo isso nos remete à conversas que vamos ter. A possibilidade da realização da IV Plenária, a mesma só poderá ser realizada se houver articulação nos municípios e nos estados.

C. Análise de conjuntura a partir das regiões e entidades nacionais

Depois disso, foi feita uma análise de conjuntura que partiu da realidade de cada um dos estados e das entidades nacionais. depois do debate entre representantes dos estados, estes se reuniram por região, para partilhar o que debateram nos estados, e preparar uma análise de conjuntura da região para o conjunto da Coordenação Nacional. Enquanto isso, os representantes das entidades nacionais se reuniram e prepararam uma análise de conjuntura a partir de suas realidades.

A mesa então foi construída, com 6 pessoas:

Região Nordeste: Lenivaldo Lima

Região Sudeste: Sidney Morelli

Região Sul: Milton Pantaleão

Região Centro-Oeste: Maria Odília

Região Norte: Marli da Cunha e Ronald Seixas

Entidades Nacionais: Benedito Anselmo

C.1. Falas da mesa

Seguem abaixo resumos sucintos das falas:

C.1.1. Região Nordeste

Vivemos na região nordeste um clima de mudança após as eleições, caíram as velhas oligarquias e percebemos uma onda de mudanças. Mas, os movimentos sociais e os grupos organizados estão isolados nos municípios. Outro grande eixo e bandeira que devemos ter como debate...que modelo de desenvolvimento queremos para o nordeste? Projetos vêm sendo desenvolvidos, como a duplicação de estradas, construção de hidrelétricas mas a Economia Solidária não está presente nesses debates. Outra constatação, a ES esta crescendo em diversos estados e municípios do nordeste mas isso também se traduz em uma ameaça, pois não estamos discutindo e acompanhando esse crescimento.

Exemplo, o RN está em disputa por uma emenda parlamentar já aprovada. Outro ponto que merece destaque, o movimento negro e de mulheres estão crescendo e temos que associa-los ao movimento de ES. Por fim, temos que politizar nossas bases para a discussão de um projeto de desenvolvimento para o nosso país.

C.1.2. Região Sudeste

Quanto à região sudeste não existe uma política social que abranja, e que envolva, as ações da Economia Solidária. Existem políticas isoladas em alguns municípios e que se caracterizam de forma assistencialista e com caráter eleitoreiro, no caso do programa Minas Sem Fome. Outra questão que chamou atenção em nossa conversa, que construiu essa apresentação, nos quatro estados da região, em três não há clareza das ações no campo da ES. Não há uma identidade do movimento de ES no sudeste. O que queremos do governo Federal é a efetivação das deliberações do Conselho Nacional de Economia Solidária e a criação de conselhos estaduais e municipais, criação do marco legal específico para a ES e somos nós, as bases, é que devemos dar o tom das políticas públicas. Outra questão, temos que estabelecer uma metodologia do conceito de ES para a discussão com a sociedade.

C.1.3. Região Sul

Percebemos em nossa conversa que os três estados estão passando por um momento nada favorável quanto à políticas públicas na área de economia solidária. O que notamos como positivo foram os FEES e a inserção dos empreendimentos nesses espaços. O que queremos do governo são contas públicas e abertura para a ES pois hoje há apenas inserções pontuais para a ES. Queremos também reafirmar a permanência da SENAES. Houve posições diferentes, na discussão da região, quanto a permanência, ou não, da SENAES no MTE. Outra questão, avançar no estatuto da ES, como o marco legal. Temos que mostrar nossa capacidade de movimento com a realização de uma campanha ampla de divulgação da ES. Quanto ao programa de agentes existem problemas no Paraná, mas no RS a relação é boa.

C.1.4. Região Centro-Oeste

Avaliamos que, com os anos que temos de caminhada, temos sim bagagem, mas somos frágeis com relação ao governo, falta diálogo entre o movimento e o governo. Outra ponto frágil é que as entidades/assessorias nacionais não estão presentes em ações nas regiões e/ou estados. Outro ponto que avaliamos, não ocorreu, por completo, a interiorização do movimento de ES, precisamos fomentar a criação de Fóruns Regionais para fortalecer o movimento de ES. Quanto ao governo, reivindicamos a criação de uma rede de formação regional a partir dos Fóruns Estaduais e que o ministro mantenha a SENAES e que a mesma defenda as bandeiras do movimento de ES.

C.1.5. Região Norte

Amazônia é bem diversificada e cada um dos estados possui sua realidade. A região sofre influência de grandes projetos, como o bio-diesel, a construção de hidrelétricas, o que envolve e atinge negativamente a grande população. Nesse sentido a atuação dos gestores, com exceção do Acre, é de não diálogo com o movimento. Mesmo no Amapá que é governado por um partido favorável. Os outros estados ainda sofrem com as oligarquias. Os FEES são frágeis e sem estrutura. A atuação das entidades são também desarticuladas. Para se tentar melhorar, o caminho seria a descentralização dos FEES. Com exceção do estado de Rondônia, não há nos outros estados consenso quanto a participação dos gestores públicos e o programa de agentes.

Exigimos do governo o fortalecimento da SENAES, do programa de Feiras e dos FEES e a criação do Fundo da ES, a criação um sistema de formação em ES.

C.1.6. Entidades Nacionais

Na leitura dos relatórios das regiões percebemos que estamos fazendo milagres diante da não estrutura nas bases em contraposição à quantidade e qualidade de ações feitas. A ES aparece como uma afirmação do não compensatório, temos que sempre reafirmar isso. Quanto ao Conselho, criação da Frente Parlamentar e a transversalidade de políticas públicas, é um cenário de desafios e que nos questiona sobre nossa identidade enquanto movimento. Quanto ao governo(s), que definam suas

políticas como não compensatórias, não queremos isso e temos que discutir e pressionar. O Conselho de ES não pode ser de terceiro escalão por não favorecer políticas transversais. Queremos a criação do PRONADES e de outros dois sistemas o de formação e de comercialização.

C.2. Debate em plenária

Edecarlos Rolim (CE)

O que mais reivindicamos é o Fortalecimento dos FEESs. As entidades nacionais tem cadeira no FBES mas não participam nas bases e FEES. Temos que trabalhar para a apropriação dos empreendimentos em programas de ES, como o de Feiras.

Arildo Lopes (UNISOL Brasil)

Na reunião da entidades, pela segunda vez, nos colocamos: qual o projeto político para o país? Muitas vezes as entidades estão acompanhando muitos empreendimentos. Temos que valorizar o FBES por ser um espaço de debate da sociedade, mas também não esquecer do Conselho Nacional de ES. Como trabalhar as temáticas formação, comercialização de forma a envolver todos os empreendimentos? Na UNISOL estamos trabalhando as cadeias produtivas, mas como transformar tudo isso em ações nacionais?

João Luis (RJ)

Dentro do movimento temos a intersetorialidade. Os encontros regionais demonstrarão a forte vontade da organização por regiões, nas isso não foi retomado aqui nas falas.

Walmir Almeida (SP)

Minha preocupação seria a da identidade política do nosso movimento, pois em algumas regiões ainda discutimos: somos ou não movimento? Existem problemas na estrutura de funcionamento do FEES.

Luiz Carvalho (MG)

Preocupações de Minas Gerais: como fazer com que nossas políticas sejam transversais? Hoje temos 14 fóruns regionais se estruturando em Minas Gerais, mas como deve ser nossa sustentabilidade financeira e ao mesmo tempo em bases autônomas? Qual dever nossa posição quanto ao sistema público?

Ademar Bertucci (Cáritas brasileira)

Em nossa reunião, fizemos a seguinte reflexão: quem segura o FEES são os segmentos das assessorias estaduais. Segundo, a transversalidade, ela não vai ocorrer a partir do Estado e nem por ele será assegurado, somos nós que temos que reivindicar. Nossa briga deve ser quanto ao PPA, temos que sim articular com outros movimentos sociais, somente assim iremos construir essas políticas transversais, não pelo governo que esta visando a próxima eleição. Nessa reestruturação devemos retomar qual nosso projeto político.

Joana Palheta (PA)

Quanto ao governo, queremos o fortalecimento e a criação das centrais de comercialização. Não está havendo diálogo entre assessorias e empreendimentos dentro dos FEES. Se os FEES continuarem desarticulados não avançaremos no campo da ES. As entidades não estão agindo conjuntamente no campo da ES.

Lenivaldo Lima (PE)

Somos maioria no Conselho e temos que assim fortalecer nossas ações nesse Conselho enquanto FBES. Houve uma oficina sobre formação, proposto pelo GT de Formação, onde foi criada a proposta de uma Rede Nacional de Formadores/as em ES, precisamos aqui compartilhar essa idéia e discuti-la.

Sandro Gomes (PB)

Questionamentos sobre ser ou não movimento de ES, o FBES é um espaço de discussão da ES. Para existir movimento deve haver base e condições de trabalho para essa base. Precisamos pautar essa discussão do Conselho em nossas reuniões. Precisamos nos aproximar de outros movimentos sociais pois temos bandeiras de luta em comum com esses movimentos e isso, por si, já nos nos

identifica.

Milton Pantaleão (RS)

Estamos trabalhando pouco sobre uma questão, por nós pouco discutida, mas de fundamental importância, estamos aqui sempre a discutir nossa identidade política, mas também é fundamental discutir nossas cadeias e o que estamos produzindo economicamente, existem experiências maravilhosas (textil, reciclagem) devemos pautar mais isso. A discussão da construção econômica e construção política devem andar juntos. Estamos discutindo sempre a ponta, comercialização, marco legal mas pautamos muito pouco e não discutimos a produção.

Luciano Lima (RS)

O FBES tem o desafio de propor uma política de estado, não de governo. A SENAES está muito bem onde esta. As trocas de cargos e pessoas nesses casos são do processo democrática. Por isso temos que reforçar o fomento e a garantia de ações que fortaleçam a produção.

Luiz Verardo (Anteag)

É sempre importante reforçar que foi devido ao FBES e a sua estrutura de base é que a SENAES foi criada. Logo após, muitos FEES foram criados pela SENAES. Temos que ter clareza de nossa autonomia quanto ao governo. Todos que estamos aqui temos o papel de articular nossas ações com, e entre, todos os segmentos. Se estamos aqui para construir a ES, diante da nossa diversidade, temos que ter os nossos métodos ligados diretamente aos nossos objetivos.

D. Reação dos Fóruns Estaduais e Entidades Nacionais ao documento provocativo

D.1. Retrato da entrega de relatórios dos FEESs e Entidades Nacionais

Abaixo segue uma tabela que mostra como foi a entrega, por parte dos Fóruns Estaduais, de relatórios com reações ao texto provocativo e respostas ao questionário:

<i>Reg.</i>	<i>UF</i>	<i>Entregou relatório?</i>	<i>Tem debate do conteúdo do texto provocativo?</i>	<i>Respondeu questionário?</i>
CO	MT	Sim	Sim	Não
CO	DF	Não	Não	Não
CO	MS	Sim	Sim	Sim
CO	GO	Sim	Sim	Sim
NE	PB	Sim	Sim	Sim
NE	SE	Sim	Sim	Sim
NE	PE	Sim	Sim	Sim
NE	RN	Sim	Não	Sim
NE	PI	Sim	Sim	Sim
NE	MA	Sim	Sim	Sim
NE	AL	Sim	Sim	Sim
NE	BA	Sim	Sim	Sim
NE	CE	Não	Não	Não
NO	TO	Sim	Não	Sim
NO	RR	Sim	Não	Não
NO	RO	Sim	Sim	Sim
NO	AM	Sim	Não	Sim
NO	AP	Sim	Sim	Sim
NO	PA	Não	Não	Sim
NO	AC	Sim	Sim	Sim
S	RS	Sim	Não	Não
S	PR	Sim	Não	Sim
S	SC	Sim	Sim	Sim
SE	RJ	Sim	Não	Sim
SE	ES	Sim	Sim	Sim
SE	SP	Sim	Não	Não
SE	MG	Sim	Sim	Sim

E abaixo segue a tabela que mostra como foi a entrega de material das Entidades Nacionais do FBES à Secretaria Executiva do FBES:

<i>Entidade</i>	<i>Entregou relatório?</i>
ANTEAG	Sim
FASE	Sim
IBASE	Sim
IMS	Sim
PACS	Sim
Cáritas	Não
ITCPs	Não
Rede de Gestores	Não
UNICAFES	Não
UNISOL	Não
UNITRABALHO	Não
ECOSOL	Não
ABCRED	Não
ADS/CUT	Não
CONCRAB/MST	Não
RBSES	Não

D.2. Sistematização das reações dos Fóruns Estaduais e Entidades Nacionais ao documento provocativo

Daniel (secretaria executiva) e Bené (coordenação executiva) fizeram uma sistematização dos relatórios entregues pelos FEESs e pelas entidades nacionais nos pontos em que trazem suas contribuições e reações ao documento provocativo que foi enviado para subsidiar o debate antes desta reunião.

Abaixo segue a sistematização realizada e apresentada à plenária da coordenação nacional na tarde do primeiro dia de reunião (7 de maio).

D.2.1. Reações sobre o eixo agregador/orientador

Como articular a inclusão social a um outro projeto de desenvolvimento, superando o risco de se limitar a ações compensatórias de trabalho e renda?

- formação, discutir um projeto de desenvolvimento, não se limitando a geração de renda, mas a qualidade de vida ao desenvolvimento pessoal e a conquista da cidadania.
- Fomentar o crédito para a produção familiar rural e urbana;
- Apoiar e disseminar experiências sustentáveis;
- Monitorar, Avaliar e Sistematizar lições aprendidas;
- Criar e fortalecer redes de produção e consumo justo e solidário;
- Fortalecer os espaços de socialização e de tomada de decisão coletiva (tais como os FEESs).
- Apontamos que a INSTITUCIONALIZAÇÃO da ecosol necessária e urgente.
- O Desenvolvimento local é pensado como estratégia de qualidade de vida das pessoas. Temos que acabar com o valor das pessoas pelo que elas possuem de bens materiais e sim pelo que elas tem de valores morais.

- promover a integração dos grupos produtivos solidários tanto na perspectiva da produção, comercialização e do consumo;
- constituição de cadeias produtivas por tipologia, integrando a essa ação a lógica das compras e vendas (comercialização) coletiva – formação de redes de comercialização e consumo;
- fortalecer a implementação de empresas auto-gestionárias nos Estados, com intuito de nos inserirmos na macro-economia.
- fortalecer a rede de comércio justo e solidário entre os empreendimentos coletores e os empreendimentos que beneficiem as sementes e aqueles que beneficiam o artesanato para comercialização
- Articular num eixo: consumo ético, a produção responsável, o comércio justo e as finanças solidárias
- Construção de uma Globalização cooperativa, solidária e sustentável.
- As dimensões cultural, mental, psíquica e espiritual, na EcoSol, não podem ser dissociadas das relações econômicas, nem a sociedade de hoje pode ser vista fora da sua interconexão com as gerações futuras.

Como articular a proposta de desenvolvimento local e um outro projeto de desenvolvimento global, superando a atomização de práticas localizadas e ao mesmo tempo preservando a riqueza da diversidade?

Articular com:

- Preservação ambiental e qualidade de vida;
- Segurança Alimentar e Nutricional
- Especificidades de cada estado...por exemplo: Convivência com o Semi-árido; Agro-ecologia; Turismo; Reforma Agrária.
- Democratização das cadeias produtivas ou a gestão democrática dos territórios sócio-econômicos
- Os fóruns regionais e/ou estaduais.

Valorizar:

- Trabalho familiar e comunitário
- Tecnologia social (como certificações participativas e cisternas mandalas)
- As diversas experiências exitosas já existentes, respeitando e adaptando as particularidades locais.
- As iniciativas indígenas, quilombolas, populações tradicionais, empreendimentos urbanos diversos é apoiar modelos de vida que se contrapõem por essência ao capitalismo central desenvolvido pelo governo
- Uma educação que devolva a auto-estima, recupera a cidadania e a capacidade de sonhar.

Qual a bandeira geral que define esse eixo orientador? E como os quatro eixos se articulam em torno dessa bandeira?

- Desenvolvimento Local Sustentado com Inclusão Social Solidária;
- Desenvolvimento Local Sustentável e Solidário numa perspectiva das relações igualitárias.
- Projeto de desenvolvimento endógeno, democrático, solidário e sustentável;
- Projeto de desenvolvimento sustentável e meio para a inclusão social, cujos programas a ela vinculados tenham como eixo norteador ações estruturantes, não compensatórias.
- Meio ambiente, mostrando para a sociedade que a ES tem práticas e experiências que contribuem com a necessidade de salvar o planeta em que vivemos. Isso não pode ser jargão, por isso, temos que afirmar essa bandeira no confronto com o modelo capitalista.
- Nível Local: Fortalecimento da potencialidade através da educação contextualizada.
- Nível global: Implementação da Plataforma Política tirada na VI Reunião da Coordenação em 2005.
- valorização do trabalho, enquanto processo de emancipação de homens e mulheres.
- A economia solidária deve pactuar a sua proposta de desenvolvimento, recuperando os seus valores. O desenvolvimento que defendemos é local, sustentável, endógeno e dialoga com os fundamentos e princípios da economia solidária.
- Formação. A formação deve ser conduzida de forma a ser articuladora contribuindo para a construção do processo concreto da ES, oportunizando além da qualificação técnica, o estímulo aos dons pessoais. A formação deve ainda direcionar-se para além do público interno do movimento da ES.
- difusão maciça dos princípios da economia solidária por meio de ações relacionados aos quatros eixos

elencados.

- Reordenamento das relações de mercado hoje centradas na lógica da acumulação e da razão instrumental e utilitária em favor de uma outra motivação centrada na promoção da vida e liberdade, centrada na interdependência e valorização da diversidade.
- Integração das diversas áreas que compõem o negócio e organização dos trabalhadores na construção de uma nova cultura de relações sociais e de vida.

D.2.2. Reações sobre alianças estratégicas

Alianças gerais:

mte, caritas unitrabalho, cut; ads, cns, unisol, mds, contag inst. marista, gta, mda, mma, ppdles, sescoop, instituto paulo freire, fundações bradesco e banco do brasil, oab, associação de juristas populares, conselhos nacionais, pastorais sociais, mutirão para e erradicação da fome e da miséria, rede de bancos comunitários, rede nacional de educadores sociais, incubadoras de empreendimentos de economia solidária, universidades em geral, unisol, bnb, MST, MTD, Catadores, movimentos que pautam questões estruturais, tais como ASA, MST, Agro-ecologia, sindicalismo, partidos de esquerda comprometidos; comunidades remanescentes quilombolas; os/as catadores, agricultura familiar, segurança alimentar e nutricional, Assembléia Popular

Alianças locais

reaja fetacre, caritas, coord. mun. mulher, rede acreana, talher, cns, comtes, unitrabalho, governo, asse. est. mulher, drt, instituto dom moacyr

Internacionais

Priorizar os contextos do Cone Sul, da América do Sul, da COLACOT (Confederação Latino-Americana de Cooperativas e Mutuais de Trabalhadores), da RIPESS (Rede Intercontinental de Promoção da Economia Social Solidária) e do PSES/ALOE.

Marco Jurídico

OAB; Rede Nacional de Advogados Populares; Frente Parlamentar da Economia Solidária, Igreja; associação dos advogados populares; Lideranças parlamentares, movimentos sociais / centrais sindicais e federações.

Finanças Solidárias

BNDES, Banco da Amazônia, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal (fomento) e Bancos Privados (taxação para o Fundo Nacional de Economia Solidária), entidades de categorias profissionais, bancos comunitários, conselhos, bb, bid, dird, bnds, fbb, unesco, fundb, petróbras

Comercialização

MTE, MDS, MDA, CONAB, MMA; Mercado Justo, articulação de mulheres brasileiras, sebrae, banco do povo, ceasa, prefeituras, programa de feiras, sistema do comércio justo e solidário, feiras de agricultura familiar, bancos comunitários, secretaria de agricultura, seguimentos qualificados, da agricultura orgânica, agência rural, pronaf, mda

Formação

Universidades, Rede de Educação Cidadã, Associação Nacional de Escolas Famílias Agrícola, Escolas Sindicais e Instituições Religiosas, sistema "s", ongs, universidades, ITCPs, secretarias estaduais e municipais de educação, saúde meio ambiente, turismo, agricultura, comércio

D.2.3. Reações sobre o papel do FBES

O documento-provocativo lança uma proposta de definição do papel do FBES:

“Apresentamos a seguinte definição: O FBES é um instrumento do movimento de Economia Solidária, com dois papéis principais:

1. *o papel de representação do movimento de Economia Solidária para incidência na construção de políticas públicas e diálogo com outros atores.*
2. *o papel de animação e fortalecimento do movimento de Economia Solidária,*

potencializando a organização dos atores deste movimento em redes de representação, articulações e cadeias;

O primeiro papel, de representação, tem exigido a busca de confluência entre as forças existentes no movimento. Podemos afirmar que este papel tem sido mais forte para o FBES até aqui, o que não significa que esteja resolvido: há dificuldades de estabelecimento de compromissos e acordos entre as forças, constatado nas primeiras reuniões do Conselho Nacional.

O segundo papel, de apoio ao fortalecimento do movimento, ainda tem sido feito de maneira marginal, principalmente na disponibilização e publicização de informações no campo. Temos visto a perspectiva de surgimento de redes (tais como uma rede de formadores; rede dos bancos comunitários; rede dos fundos solidários; rede de clubes de trocas; etc.), além da criação de entidades representativas de empreendimentos (tais como Unicafes, Unisol, etc.). Deve-se avançar mais no apoio a este tipo de iniciativas, incluindo ramos econômicos, temáticas específicas, etc.”

Extrato do documento-provocativo que apresenta proposta de definição do papel do FBES

Surgiram vários comentários nos relatórios recebidos pela secretaria executiva, que seguem abaixo:

Comentários quanto à definição do papel do FBES

Todos os relatórios recebidos (com exceção de um, apresentado ao final desta seção) concordam com o papel apresentado no documento provocativo, e trazem alguns comentários complementares:

- Além de instrumento de apoio, deve ser também do instrumento de fomento.
- A prioridade do FBES deve centrar-se no fortalecimento da base do movimento de Ecosol, a partir das estruturas de fóruns nos municípios e nos estados.
- O Movimento deve buscar o protagonismo dos empreendimentos.
- Deve ser também espaço de articulação das políticas voltadas para ECOSOL
- Criar e fortalecer fóruns municipais estaduais e regionais
- O FBES deve ser representação política do movimento no enfrentamento ao capitalismo.
- Como o FBES pode contribuir para o processo de estruturação dos FEES?
- Devemos avançar no foco da atuação do FBES, como instrumento de potencialização da organização dos atores do movimento da economia solidária o fomento a redes e cadeias produtivas solidárias.
- A plataforma e a construção dos eixos prioritários deverá ser a prioridade para o período e buscar contemplar propostas que nos aproximem destes outros movimentos, deverá abrir portas em outros setores de governo e na sociedade.
- Os fóruns estaduais deverão estar equipados politicamente e estruturados para conduzir estas proposições, é nos estados, nos municípios principalmente que as ações de ecosol serão desenvolvidas e visibilizadas.

Proposta alternativa de definição do papel do FBES

Um dos relatórios apresenta uma definição alternativa, que diz o seguinte:

- “O Fórum Brasileiro de Economia Solidária tem o papel de representação política do movimento de Economia Solidária, organizado a partir das bases, dos fóruns municipais, metropolitano, regionais e estaduais, para incidência na construção de políticas públicas. O Fórum Brasileiro de Economia Solidária é uma articulação política, de livre adesão de empreendimentos da economia solidária, entidades de apoio e gestores públicos, que pactuam entre si o compromisso de realizar o papel de animação e fortalecimento do movimento de Economia Solidária, potencializando a organização dos atores deste movimento em redes de representação, articulação e cadeias, mantendo sua respectiva autonomia frente os interesses de seus segmentos.”

D.2.4. Reações sobre a relação entre entidades nacionais e atores locais

- O que é uma entidade nacional? Ela deve atuar em um número significativo de estados brasileiros.
- A tensão entre os atores da economia solidária pode ser minimizado se definidos de forma clara os papéis de cada um, além de exigir das entidades representativas em nível nacional um maior envolvimento com os Fóruns Estaduais.
- Resposta: Definição e reconhecimento dos papéis, onde estão essas entidades e em que regiões, compromisso coletivo.

Gestores

- Defendemos que entrem no movimento de E.S. via FEES's
- Garantir maior autonomia dos FEESs
- A representação nacional dos gestores deve acontecer a partir de sua representação pela Rede de Gestores.
- Os conselhos de economia solidária devem ser o espaço de confluência das diversas forças organizadas entre estado e sociedade. Desta forma, o FBES deverá ser composto apenas pela sociedade civil, sem gestores.
- As 3 vagas na representação junto à coordenação nacional não devem ser divididas com os gestores públicos.
- Deve-se manter a decisão da terceira plenária: apenas gestores públicos que participem (comprovadamente) da rede de gestores podem fazer parte do FBES e FEESs
- Pergunta: e as pessoas que estão desenvolvendo as atividades do PPDLES, estão numa atuação de gestores públicos? Ao desenvolverem um projeto de governo, coordenado pelo governo, com estratégias discutidas a partir do governo?

Empreendimentos

- Empoderar-se dos espaços de discussão e assumir seu papel de agente transformador.
- É preciso esclarecer os critérios que definem essas Entidades de Representação Nacional e a legitimidade das representações tiradas regionalmente. Há um desequilíbrio na correlação de forças nas negociações políticas, dando peso maior as entidades nacionais e favorecendo muitas vezes os seus campos políticos de atuação, em detrimento das entidades indicadas regionalmente que são legitimadas por suas regiões.
- Acreditamos que a criação de uma entidade nacional por parte dos empreendimentos que participam do FBES, também precisamos fortalecer a identidade dos empreendimentos que não estão vinculados as entidades representativas
- Será que os empreendimentos necessitam de tutores?
- Precisamos criar as condições para fortalecer a representação dos empreendimentos dos FEES. Tais condições estão ligadas desde a questões financeiras para liberar pessoas dos empreendimentos até a necessidade do FBES reorientar seu foco para o território.
- A associação em organizações estaduais, nacionais ou internacionais e de livre arbítrio de cada empreendimento. As entidades nacionais de representação vêm cumprindo um importante papel na organização deste setor. Se tem desvios de práticas, ou práticas condenáveis deverão ser discutidas caso a caso entre os atores envolvidos. Certamente todas elas estão disputando bases para o seu fortalecimento e isso é saudável para a organização da sociedade.
- É preciso garantir a participação das representações nacionais e também garantir a representação dos autônomos.
- Uma questão: se uma representação nacional se espalhar por todos os estados ela poderá ser indicada em todos eles para a coordenação nacional, por exemplo?
- Os empreendimentos (ou empreendedores) que estão cumprindo tarefa junto ao PPDLES podem ser representantes dos FEES como empreendimento?

Assessorias

- Maior orientação das assessorias nacionais para com as estaduais sobretudo no fortalecimento dos FEES's.
- O FBES deve realizar uma consulta às entidades de âmbito nacional quanto as suas atuações em economia solidária nos FEES.
- As entidades nacionais só deverão ter acento na coordenação nacional quando estiverem atuando em um número mínimo de FEESs. Qual sua área de abrangência mínima para ser entidade nacional?
- O debate central neste caso é o empoderamento e fortalecimento dos FEES.
- O local das entidades regionais e estaduais é na representação de 1/3 dos FEES.
- No segmento de assessorias constatamos a ausencia das entidades nacionais em nosso estado
- Fica evidenciado que em época de realização da feira estadual estas participações eventuais de entidades nacionais de assessoria são mais expressivas, porém a aproximação se dá para usufruir das estruturas que já estão sendo montadas e custeadas pela coordenação do fórum.
- Entendemos que seria muito importante se as organizações como Unisol, Anteag, Concrab, Ancosol, Unicafe promovessem eventos formativos abertos para o conjunto dos empreendimentos do FBES. Idealmente poderia se pensar em uma programação que fosse montada coletivamente pelas

- organizações, explicitando e dando a conhecer as diferentes concepções.
- Todas as entidades nacionais devem participar nas atividades locais. Tem sido muito rico o resultado de iniciativas em que se promove colaboração das entidades nacionais com as instancias organizativas mais regionais da economia solidária.
- A conjuntura mudou e alguns argumentos que sustentavam a participação de todas as entidades nacionais não se sustentam mais.
- A principal questão em relação às críticas do papel das assessorias nacionais é talvez pela falta de clareza do papel das mesmas no estágio atual do FBES e FEES.
- É preciso manter as entidades nacionais tanto na coordenação nacional como na executiva.
- A elaboração de um projeto estratégico para o FBES e FEES, com o apoio das assessorias nacionais é uma necessidade.

D.2.5. Reações sobre a Territorialidade

- Construção de uma agenda local, e a contribuição na elaboração das políticas publicas e programas de Economia Solidária, através dos representantes do Fórum no Conselho Nacional de Economia Solidária.
- O fortalecimento das bases só é possível na democracia participativa e com igualdade política, isto significa dizer que deve existir condições para que a participação ocorra.
- Para além de seguir as orientações dos gestores públicos nacionais é preciso que o FBES faça o seu próprio PPA (mesmo que sem dinheiro !!!) para definir políticas estratégicas do movimento. Para tanto é necessário definir um processo de planeamento para os FEES com debate no FBES definindo prioridades e ações articuladas entre os mesmos.
- A partir da definição do “PPA do FBES” estabelecer estratégias de captação de recursos que possibilite a sustentabilidade dos FEES e FBES.
- Sugerimos que o planeamento nacional seja construído a partir dos planos estaduais em contribuição à construção da territorialidade.
- Definir estratégias de estímulo aos fóruns estaduais para construção das agendas locais e para captação de recursos através de um processo de capacitação e de fornecimento de informações acerca de editais e possíveis instituições financiadoras.
- Desenvolver um processo de capacitação de “multiplicadores/as militantes” que possam se co-responsabilizar pela divulgação e fortalecimento das bandeiras da economia solidária nas microrregiões de cada estado.
- Se necessário, o tamanho da Coordenação Nacional do FBES deve diminuir para dar prioridade às construções regionais e aos FEES.
- É fundamental com a liberação de pessoas para a articular e fomentar a ecosol.
- Democratizar os meios de comunicação
- Descobrir parcerias que possam auxiliar financeiramente os FEES's
- Construção de uma agenda local, e a contribuição na elaboração das políticas publicas e programas de Economia Solidária, através dos representantes do Fórum no Conselho Nacional de Economia Solidária.
- As Reuniões da Coordenação Nacional devem ser pautadas pelo FEES;
- Que os FEES façam levantamentos, monitoramento e avaliação dos programas e projetos para socializar nas reuniões do FBES.
- sugerimos a realização de encontros regionais de ecosol, em detrimento dos encontros nacionais.
- Articular com a Agricultura Familiar para interiorização
- FBES deve contribuir financeiramente com os FEESs, pelo menos minimamente
- A micro regionalização dos fóruns nos estados e fundamental para interiorizar os debates, trazer o rural e novos atores.
- A estrutura regional maior (cinco no país) pode incentivada naquelas regiões que já tenham seus fóruns regionais (de outros temas) funcionando ou que efetivamente apresentem esta demanda, pois incentivar representação regional num cenário onde sequer conseguimos falar e conseguir respostas em tempo hábil junto aos estados seria uma irresponsabilidade política e mais uma demanda de recursos.
- Não se deve imaginar que a centralidade dos FEES se dará pela simples inversão do modo como vem se construindo a agenda do FBES. Ou seja, **trata-se de convergir as diferentes instâncias do FBES para uma estratégia comum de atuação.**
- Devem ser respeitadas as especificidades, cultura e agendas locais.

D.2.6. Reações sobre gestão e organização interna

- Na maioria dos estados, foi colocado que é importante pensarmos questões regimentais o mais rápido possível. Mas houve FEESs que disseram que a discussão não é cabível porque será uma distração para o que é necessário, o foco deve ser o fortalecimento das bases dando as condições para o exercício político.
- Outros estados disseram que é cabível discutir pois a plenária é o espaço maior de deliberação do FBES.

D.2.7. Reações sobre sustentabilidade

- é um ponto crucial. Até agora o FBES tem sido viável porque conta com recursos da Senaes para manter-se e realizar suas atividades, desde reuniões até as feiras estaduais e locais. O ideal seria o autofinanciamento, isto é, que as próprias entidades membros contribuíssem para viabilizar o FBES, sem qualquer dependência de recursos do governo. Nos momentos em que estes estejam disponíveis, serão usados para ampliar as atividades e cumprir objetivos definidos por contrato ou convênio com o governo, sem que isto implique em dependência do FBES em relação a estes recursos para manter-se e operar. Hoje o FBES tem por base empreendimentos, grupos de produção, fóruns e redes que mal conseguem manter-se a si próprios. Portanto, o autofinanciamento não é uma solução possível para a fase atual. Que estratégia definir para um processo que comece com a diversificação da dependência financeira, para gradualmente alcançar o ideal de superação da própria dependência?
- Propomos que seja pautada a discussão com vista a criação de uma Instituição com personalidade jurídica, que atue como âncora para captação de recursos para o FBES, a exemplo de outros Fóruns que já passaram por processo semelhante, colocaram em debate, discutiram muito, amadureceram a idéia e acabaram por decidir pela criação de uma Instituição.
- Desta forma, seria possível criar um fundo próprio que assegure não somente a manutenção do FBES, assim como a ampliação de sua atuação, solidificando a identidade e a atuação do movimento social na busca de alcance de seus objetivos. Vale a pena ressaltar que trata-se de um processo que requer muita reflexão e discussão no âmbito do FBES.

D.2.8. Outras propostas que surgiram nos relatórios

Abaixo seguem outras propostas que apareceram nos relatórios em resposta ao documento provocativo:

- deverá ser trabalhada maior inter-relação entre os atores locais e nacionais. Exemplo: Buscar maior foco nos movimentos quilombolas, indígenas e culturais cablocos.
- O método que propõe o debate preparatório como condição para participação das Reuniões, Encontro e Plenárias deve ser adotado como caminho para as próximas discussões. Assim, todos se envolvem com as temáticas e deixam de participar passivamente das discussões.
- Temos que repensar o modelo de organização do Fórum Brasileiro, pois está pesado demais.
- Já que estamos tendo um debate sobre reestruturação, então devemos necessariamente, debater o REGIMENTO INTERNO, precedido de preparação e acúmulo nas bases. Não há necessidade de dissecação do REGIMENTO e de votação de propostas na VII Plenária, mas precisamos abrir espaço para esse debate e acolher as orientações da Planária.
- O MDA tem um modelo territorial ou o Banco do Brasil afirma que o desenvolvimento é Regional, nós precisamos dialogar com isso, tentar avançar, sem perder de vista o foco no desenvolvimento local.
- **Fazer calendário nacional de lutas unificado do FBES**, para todos os FEES possam se envolver. Esse é o papel do movimento nacional, dar direção e conduzir a base para as lutas sociais. Se isso acontecer os estados poderão encampar suas próprias lutas locais. A ES pode se aliar a luta pela terra apresentando propostas de organização, de empreendedorismo, de criação de cadeias e redes de produção, entre outras...
- Socialização de informação, fortalecendo o diálogo entre os diversos segmentos e instâncias que compõem o FBES.
- A representação é uma das questões mais complicadas para um movimento que busca quebrar o paradigma das hierarquias patriarcais e construir-se de forma integralmente democrática e participativa. Como combinar democracia direta com representação? A pergunta está ligada à outra, que é a chave da democracia verdadeira: como criar unanimidades respeitando a diversidade e integrando-a de forma harmônica e respeitando a criatividade de cada um, como conseguem fazer os músicos de uma banda de jazz? Como construir consensos com base no diálogo, na autêntica escuta recíproca e no acolhimento do outro como legítimo na sua diferença, excluindo assim toda imposição e manipulação? A prática da representação só é legítima, na perspectiva da EcoSol, se for transparente, se prestar contas e comunicar-se continuamente com os que lhe deram o mandato representativo, e sempre aberta à crítica e mesmo à substituição, se a base considerar que pode ser melhor

representada por outrx. A representação implica poder e, por isso mesmo, responsabilidade. Só poderá ser bem realizada se o sujeito tiver empenho em comunicar-se com a base todo o tempo, humildade e abertura à crítica. Para isso, a adoção de mecanismos de comunicação, de prestação de contas, de monitoramento e de avaliações periódicas pode contribuir muito.

- O FBES deverá se reunir em cada região do País, pelo menos uma vez por ano como forma de fortalecer o movimento em nível regional e Nacional.
- Os FEES precisam ter maior conhecimento da estrutura e dinâmica atual do FBES, ainda é confuso diferenciar o papel do FBES e CNES, poder público e entidades de assessoria/apoio.
- Pensar em seminário, no mínimo 1 por ano
- Estar sempre antecipado nas proposições frente ao governo.

E. Retrato dos Fóruns Estaduais

João Correa (coordenação executiva) fez a sistematização de todas as respostas recebidas, por parte dos Fóruns Estaduais, ao questionário que foi enviado pela secretaria executiva antes da reunião da Coordenação Nacional.

Segue abaixo a sistematização feita por ele e apresentada à plenária da coordenação nacional na tarde do primeiro dia:

Parte 1 - Estrutura	
1 - Tem sala e/ou escritório para o FEES	
NÃO	09
SIM (mas de outras organizações)	04
TOTAL	13
2. É própria? Se não é, que entidade abriga?	
DRTs	08
Unitrabalho	02
Cáritas	04
Centro Josué de Castro, CDDH – Serra Rede Cidadã, Central de Comercialização SUDAM, Ação Comunitária do Brasil, ANTEAG.	01
3. Tem equipamentos? Quais?	
NÃO	13
Material por empréstimo:	
Computador, impressora e telefone local na DRT	05
Computador, impressora e telefone local em outra entidade	07
Centro Publico de Ecosol	01
4. Tem alguém liberado para apoiar o FEES (secretaria, articulação...)?	
NÃO	14
SIM (de entidade)	02
Voluntários	01
5. Como se mantém a sala, caso haja, e materiais de consumo	
Pelas entidades que cedem	10
Parcerias eventuais	02
Porcentagem da CCESMS	01
Coletas entre participantes	02
6. Como se mantém a(s) pessoa(s) liberada(s), caso haja?	
Apoio das instituições (não é do FEES)	08

7. Fóruns regionais/municipais existentes no seu estado	
ESTADUAL	Razoavelmente ativo: 05
	Bastante ativo: 07
	Pouco ativo: 02
	Não respondeu: 05
REGIONAIS	31
MUNICIPAIS	07

Parte 3 – Comunicação

8. Tem boletim ou outro meio de comunicação periódico?	
NÃO	13
SIM	01
SIM até 2006	01
SIM até 2005	01
9. Se sim, qual a periodicidade? E qual a forma de envio: e-mail, carta ou outro	
Bimensal	01
Mensal	01
10. Qual a principal forma de comunicação?	
Telefone Email	16
Telefone	02
Plenárias reuniões	02
Boca a Boca	01
11. Tem lista de e-mails?	
NÃO	07
SIM	10
12. Se sim, quantas pessoas tem nela?	
280 – 40 - 60 – 160 – 49 – 89 -32 -150	
Total=860 pessoas	Média= 107 pessoas por lista

Parte 4 – Forma de funcionamento

13. Tem regimento?	
NÃO	08
EM ELABORAÇÃO	06
SIM	05

14. Tem Coordenação Estadual? Como é definida a sua composição?	
Sim mas está desestruturada	02
composta por empreendimentos, gestores e entidades de apoio	04
Formas de organização da Coordenação	
Em forma de Grupos de Trabalho. 1. GT de Gestão e Organização ** 2. GT de Captação de Recursos 3. GT de Políticas Públicas 4. GT de Comunicação 5. GT de Formação	A coordenação estadual é composta por representações regionais, 2 a 3 representantes por território. (assessoria e empreendimentos).
3 emp, 2 eaf, não tem gestores	8 empr interior, 01 pv indígenas, 9 empr capital, 9 assessoria e gestores
A coordenação estadual é composta por representações regionais, 2 a 3 representantes por território. (assessoria e empreendimentos).	3 empreendimentos, 1 assessoria e 1 gestor 1/3 de representantes de assessoria 2/3 de representantes de empreendimentos
sua definição é 65% empreendedor, 18% assessoria, 17%	1 empreendimento; 3 assessorias e 1 gestor.
16. Quantas plenárias já teve o FEES, desde que foi fundado?	
UMA	01
DUAS	05
TRÊS	03
QUATRO	02
SEIS	01
SETE	02
OITO	02
ONZE	02
DEZENOVE	01
NÃO RESPONDEU	03
17. Quando o FEES se reúne (com que periodicidade e com que quantidade média de pessoas?)	
Bimensal e em média 30 pessoas.	A executiva se reúne todas as segundas feiras
Não há calendário fixo. Reúne em função de demandas. 30 pessoas em média	
Mensalmente	08
Bimensal	03
Participação por reunião	De 08 a 50 pessoas
Participação por plenária	De 35 a 300 pessoas

Parte 5 - Participação das entidades nacionais, Entidades locais de assessoria, e empreendimentos.

18. Entidades Nacionais: Qual participa de forma ativa no FEES?

Entidades	ATIVA	EVENTUAL
1- Cáritas	09	02
2- UNISOL Brasil	01	02
3- Rede de ITCPs	02	
4- UNICAFES	02	01
5- ADS/CUT	01	01
6- IBASE	01	
7- FASE	02	01
8- ANTEAG	01	01
9- PACS (Políticas alternativas para o cone su)	01	
10- Rede brasileira de Sócio-Economia Solidária	01	01
11- MST / Concrab		
12 - UNITRABALHO	03	01
13 – Rede de gestores públicos em Econ.Solidaria	02	
14 –Assoc. Brás.de Instituições de microcrédto		
15 – IMS – Instituto Marista de Sdidariedade	02	Nas feiras
16 – TALHER		01
Não tem entidade nacional atuando	04	

19. Faça a lista de quais entidades e organizações locais/estaduais estão efetivamente participando do FEES hoje.

Entidades estaduais	158
Continuada	38
Eventual	16
Não informaram	104

20. Quantos empreendimentos estão efetivamente participando do FEES hoje (se possível, colocar a lista de empreendimentos, por nome)?

NÃO LISTOU	05
Participam: 586	Média: 35

Parte 6 – Articulação com políticas públicas

21. Listar quais são os programas governamentais relacionados à Economia Solidária atualmente existentes no estado.

PROGRAMA	ESTÁ ARTICULADO?	ESTÁ CONTRIBUINDO COM O FEES?
PROGRAMA DE FEIRAS	MUITO 10 RAZOÁVEL 3	MUITO 10 RAZOÁVEL 3
MAPEAMENTO	MUITO 6 RAZOÁVEL 2 POUCO 1	MUITO 6 RAZOÁVEL 2 POUCO 1
PPDLES	NÃO 6 POUCO 2 RAZOÁVEL 2 MUITO 1	NÃO 6 POUCO 2 RAZOÁVEL 2 MUITO 1
CONSADS	POUCO 2 NÃO 4	POUCO 2 NÃO 4
TERRITÓRIOS DO MDA	RAZOÁVEL 1 POUCO 2 NÃO 3	RAZOÁVEL 1 POUCO 2 NÃO 3
PAA	POUCO 3	POUCO 3
EJA	POUCO 2	POUCO 2
BANCOS DO POVO	POUCO 1	POUCO 1
OUTROS PROG AGRI FAMILIAR	POUCO 3	POUCO 3

Parte 6 – Articulação com políticas públicas

21. Listar quais são os programas governamentais relacionados à Economia Solidária atualmente existentes no estado.

PROGRAMA	ESTÁ ARTICULADO?	ESTÁ CONTRIBUINDO COM O FEES?
TALHER	RAZOÁVEL 3 NÃO 2	RAZOÁVEL 3 NÃO 2
FOME ZERO	POUCO 1	POUCO 1
PNQ	RAZOÁVEL 1	POUCO 1
AGENDA 21	RAZOÁVEL 1	RAZOÁVEL 1
CRAS – Centro de Referência de Assist. Social	RAZOÁVEL 1	POUCO 1
CPR ECOSOL – Centro Público de ES	POUCO 1 RAZOÁVEL 2	POUCO 1 RAZOÁVEL 2
Governos estaduais	RAZOÁVEL 02	RAZOÁVEL 2
PREFEITURAS MUNICIPAIS	RAZOÁVEL 2 POUCO 3	RAZOÁVEL 2 POUCO 3

Parte 7 – Relação com outros atores

22. Listar os movimentos sociais com o qual o FEES tem tido contato, e especificar para cada um se o contato é de aliança (agendas comuns) ou de parcerias pontuais (eventos)

Movimentos sociais	59
Aliança	09
Parcerias pontuais	13

23. Listar os órgãos do poder público com o qual o FEES tem tido contato, e avaliar também se a relação é continuada ou eventual.

ORGÃOS PUBLICOS	Quantidade total	Relação continuada	Relação eventual	Não citado se era eventual ou continuada
FEDERAL	24	8	12	4
ESTADUAL	34	9	13	12
MUNICIPAL	25	14	8	3
UNIVERSIDADES	13	5	3	5
Não tem relação nenhuma	3	-	-	3
TOTAL	99	36	36	27

Parte 8 – Sustentabilidade

24. O FEES tem alguma fonte de recursos? Se sim, de que tipo (fundo, porcentagem de feiras, apoio, etc.)

NÃO | 16

Obs: No MS tem perspectiva de porcentagem da Central de Comercialização.

25. O FEES já aprovou algum projeto para ação? Qual(is)? Aproveitou os projetos aprovados para conseguir fortalecer a estrutura do FEES?

FBB,	1
FEIRAS	TODOS
MAPEAMENTO	1
OFICINA ESTADUAL DE FORMAÇÃO	1
CURSO DE ECOSOLE COOPERATIVISMO	1
PLANEJAMENTO E MARKETING	1

F. Encontros por segmento

Depois da apresentação das sistematizações das respostas dos estados ao questionário e suas reflexões (e das entidades nacionais) sobre o documento-provocativo, iniciou-se a reunião por segmento, que desta vez dividiu-se em 4 grupos: Empreendimentos; Assessorias estaduais; Gestores Públicos; e Entidades Nacionais.

Foram feitas 3 perguntas gerais, válidas para todos os grupos:

1. Debater a sistematização dos questionários e das reações ao documento provocativo, além da análise de conjuntura realizada hoje: como o segmento se vê nela? A sistematização dá conta dos elementos para o documento-base?

2. E como o segmento vê os outros segmentos na sistematização realizada?

3. Pensar o papel, compromissos e acordos necessários em cada segmento para o sucesso da Plenária e participação do FBES no CNES

Além destas questões gerais, foram elaboradas questões específicas para cada grupo. Seguem abaixo os resumos dos debates de cada segmento e suas deliberações.

F.1. Reunião dos Empreendimentos solidários

Além das questões gerais, foram feitas 2 questões específicas aos empreendimentos:

4. Como solucionar os problemas da relação entre entidades representativas de EESs e os EESs?

5. Debate conceitual: o que é um EES?

Abaixo seguem os principais resultados da reunião, a partir das 5 questões (as 3 gerais, e as 2 específicas):

F.1.1. Sobre a IV Plenária

- Que seja enxuta, e qualificada: tem que ter debate de verdade nos estados e regiões.
- Não pode ser simplesmente lugar de disputa para quem vai para a nacional.
- Que tenha representação por ramo econômico
- Estamos em dúvida se será este ano ou não: levaremos isso para a plenária com os outros segmentos

F.1.2. Sobre a Instrução Normativa do Sist. Bras. de Comércio Justo e Solidário

- Precisamos nos apropriar disso, pois há perigos no formato que está tomando
- Valdener (MA) ficou responsável por animar o debate a respeito da IN do Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário

F.1.3. Atuação do FBES enquanto movimento social

- É preciso apoiar os públicos atingidos pelos grandes projetos do PAC
- Temos que ir pra rua, nos colocar

F.1.4. Eixos da IV Plenária

Marco Legal

- Estatuto da ES: legalização e reconhecimento dos Empreendimentos solidários
- Lei do Pregão

PRONADES (Programa Nacional de Desenvolvimento da Economia Solidária)

- » Finanças solidárias
- » Queremos o mesmo apoio que o governo oferece às empresas capitalistas, pois somos empreendimentos **econômicos** (não é “assistencialismo”)
- » Se aproveitar da estrutura do banco popular do Brasil, para que os pontos existentes sejam de apoio à ES, na nossa linha (pontos do PRONADES, a exemplo do PRONAF)
- » Fortalecer as cooperativas de Crédito (que elas possam acessar linhas especiais para a ES)
- » Criação de linhas de crédito específicas para a ES

Formação e assistência técnica

- » Mudar o título de “formação” para “formação e assistência técnica”

Comercialização: ampliar o seu conceito para abarcar produção e consumo

- » Possibilidade de modificar a redação deste eixo
- » Montar redes de produção, comercialização e consumo, a princípio regionalizadas.
- » Superar os atravessadores.
- » Criar e aperfeiçoar nossos espaços de comercialização
- » Estimular as compras entre EESs e os outros atores do movimento (consumo ético)
- » Importância de selo que reconheça os produtos da Economia Solidária
- » Articular com agricultura urbana e segurança alimentar
- » Estimular as feiras locais existentes, e não só fazer feiras estaduais.

F.1.5. Desafio: interiorização do FBES

- » Temos que ampliar o leque de atores nos FEESs, buscar outros EESs que estão no interior do estado.
- » Articulação com o meio rural, agricultura familiar e agroecologia

F.1.6. Frente parlamentar

- » aliança estratégica em prol de marco legal para os EESs

F.1.7. Pacto interno

- » Os empreendimentos e entidades representativas de empreendimentos vão para os espaços de representação do FBES **enquanto representantes do FBES**, e não das entidades.
- » Temos que ir para a rua, e defendermos questões políticas mais amplas, para além das dificuldades locais
- » Necessidade interna de fortalecermos a cultura coletiva.

F.1.8. Conselho Nacional de Economia Solidária

- » O pacto interno acima: devemos nos ater às deliberações do FBES, mesmo sendo filiados às entidades
- » As entidades têm que se ater também às deliberações do FBES, e sua ação (e de seus representantes) devem ser avaliadas pelo FBES
- » As representações do FBES (tanto as das regiões quanto as das entidades) precisam ser avaliadas pelas bases: os FEESs

F.1.9. Sobre os segmentos

Empreendimentos (protagonismo)

- Como conseguirmos nos pautar frente aos outros segmentos?
- Bandeira de política pública: Que todos os EESs mapeados sejam contemplados com política pública de fomento. É hora de ir além do mapeamento, e usá-lo para fortalecer os EESs

Empreendimentos (identidade)

- Papel e autonomia do Fórum Estadual em legitimar representantes como empreendimentos solidários. Ou os critérios/orientações devem vir do FBES?
- Discutir os critérios para considerar redes mistas como empreendimentos
- Discutir os trabalhadores (de empreendimentos) que fazem parte do PPDLES e são representantes no FBES
- Resgatar a Carta de Princípios para avaliar

Entidades de assessoria

- Os EESs não podem ser tutelados por assessorias. As assessorias têm que acolher e ouvir os EESs enquanto protagonistas
- Ser um EES acompanhado não pode significar que o EES é da entidade. O acompanhamento tem que ser preservando a autonomia
- As assessorias têm que ter compromisso com a construção dos FEESs na base
- É necessário clarear os papéis das assessorias;
- As assessorias precisam construir projetos coletivamente para o fortalecimento do FEES, e não cada um por si.
- As assessorias não devem fazer política de balcão junto ao governo

Gestores públicos

- Precisa haver compromisso com a construção do movimento.
- Compromisso da Rede de Gestores no apoio à criação de Fóruns Municipais: tem rede de gestores em 100 municípios, mas só apareceram 7 Fóruns Municipais no levantamento realizado.
- A Rede de Gestores é o principal parceiro na construção das políticas públicas de ES.

F.2. Reunião das Assessorias Estaduais

Além das 3 questões gerais, foram feitas mais 2 questões específicas às assessorias estaduais:

4. Qual o papel das assessorias estaduais no fortalecimento do Fórum Estadual, e a sua relação com os EESs e os gestores?

5. Qual o papel das assessorias estaduais em estimular a participação da Agricultura Familiar nos Fóruns e contribuir com sua interiorização e regionalização?

Abaixo seguem os principais resultados da reunião, a partir das 5 questões (as 3 gerais, e as 2 específicas):

F.2.1. Qual o papel das assessorias estaduais em estimular a participação da Agricultura Familiar nos Fóruns e contribuir com sua interiorização e regionalização?

- Articular ações pautadas pela carta de princípios do FBES e propor mecanismos de interlocução com os segmentos comprometidos com a ES, mantendo a clareza de papéis e assegurando o protagonismo dos diferentes atores.
- Fortalecer a identidade do Fórum por meio de uma formação política que afirme permanentemente os princípios e valores da ES: somos movimento social ou não?
- Proposição de lutas/ pautas concretas, definindo prioridades, nos FEESs.
- Mapear e mobilizar os movimentos (quilombolas, indígenas, agricultura familiar, agroecologia, etc), contribuindo com a interiorização dos Fóruns: incorporar novos atores aos FEESs

F.2.2. Como o segmento das assessorias estaduais vê os outros segmentos na sistematização apresentada?

- A síntese provou que em muitos Estados as entidades nacionais da ES não estão presentes nos FEESs
- Qual é a definição de entidade nacional que o FBES está considerando para participação na coordenação nacional? (critérios: é pela sua ação nacional ou por suas ações nos estados?)
- A fragmentação das EAF (Entidades de Assessoria e Fomento) entre Entidades Nacionais de Assessoria e Entidades Estaduais de Assessoria fragiliza a intervenção no FBES. Nas próximas reuniões as EAF devem discutir em conjunto.
- Os gestores devem ou não participar dos FEES e do FBES? Não chegamos a consenso. Discussões: são parceiros importantes na elaboração e definição de políticas públicas para ES, mas se isentariam das deliberações no FBES.

F.2.3. Qual o papel, compromissos e acordos necessários em cada segmento para o sucesso da Plenária e participação do FBES no CNES?

- Debater a nossa identidade, o que somos e o que queremos ser. Houve divergência quanto a definição se o Fórum é movimento social ou não.
- É o momento de realizar a Plenária Nacional ainda este ano?

F.3. Reunião dos Gestores Públicos

Além das 3 questões gerais, foram feitas mais 2 questões específicas para os gestores públicos:

4. Como fica a questão dos gestores e da rede de gestores?

5. Qual o compromisso dos gestores com a construção dos FEESs respeitando sua autonomia?

Qual o compromisso da Rede de Gestores em incluir novos gestores para que estejam organicamente representados, e não individualmente?

Abaixo seguem os principais resultados da reunião, a partir das 5 questões (as 3 gerais, e as 2 específicas):

F.3.1. Como o segmento de gestores se vê na síntese e análise de conjuntura apresentada?

- os gestores públicos podem ter maior participação na construção da política de ecosol;
- integração das políticas públicas de trabalho e renda deve ocorrer entre as três esferas de poder;
- criar mecanismos de regulamentação dessa política pública (marco legal).

F.3.2. Como o segmento de gestores vê os outros segmentos na síntese e conjuntura?

- existe uma lacuna na definição das alianças estratégicas com outros setores da sociedade civil e movimento social (contag, mst, mpa, gta, ong's, cns, etc.), bem como, no processo de comunicação e diálogo permanente com esses setores; proposta: discutir as alianças estratégicas
- algumas vaidades pessoais (e institucionais) estão sobrepondo-se aos princípios da solidariedade;
- não há consenso de agendas (fbes x fees): temos que chegar a este consenso;
- há indefinição sobre a identidade dos fóruns (movimento social x movimento político): onde queremos chegar?

F.3.3. Quais as condições e acordos necessários para o sucesso da plenária e a participação do FBES no Conselho?

Plenária

- reuniões preparatórias;
- apoio logístico (dos gestores);
- reuniões temáticas;
- definição e articulação de alianças;
- ser uma plenária mais representativa, de qualidade e menos numerosa (enxuta).
- incluir a frente parlamentar como aliança estratégica para a plenária

Participação do FBES no CNES

- definição de papéis e compromisso dos representantes do fbcs e seus aliados no cnes: qual o papel do FBES dentro do conselho?

F.3.4. Relação entre gestores e rede de gestores:

- cadastrar todos os gestores federais, estaduais e municipais na rede de gestores.
- colaborando, participando, estimulando e apoiando as ações de economia solidária (não pode ser o papel de condução dos processos, mas de apoio).
- envolver o maior número de gestores públicos na construção da política de economia solidária.

F.4. Reunião das Entidades Nacionais

Além das 3 questões gerais, foram feitas mais 2 questões específicas para as Entidades Nacionais:

4. Que acordos e compromissos entre as entidades nacionais para o fortalecimento do FBES? Construir um projeto comum de fortalecimento do FBES

5. Como está a atuação das entidades nacionais nos estados? E como ampliar a sua ação para estados em que não atuam?

Abaixo seguem os principais resultados da reunião, a partir das 5 questões (as 3 gerais, e as 2 específicas):

Participaram da reunião as seguintes entidades nacionais: Cáritas, Unisol, Unicafe, Fase, Ibase, Pacs, Anteg, IMS, Unitrabalho e Rede de Incubadoras.

F.4.1. Destaque

Esta foi a segunda vez que as organizações nacionais tiveram a oportunidade de se reunirem para debater e pactuar sobre perspectivas comuns, necessárias ao fortalecimento da atuação do FBES.

F.4.2. Sobre a definição de organizações nacionais

Entendemos que estão presentes como organizações nacionais, entidades de representação e de assessoria. Esta diferença se reflete na forma como as organizações se relacionam com os territórios. Ou seja, as organizações de representação tendem a ter maior capilaridade nos estados e nos FEES do que as organizações de assessoria.

O caráter nacional das organizações não é definido apenas pela extensão da presença nos estados, mas também pela expressão nacional das organizações, dada pelas lutas em que elas estão envolvidas.

Apesar das diferenças existentes entre as organizações nacionais, o entendimento é de que a riqueza do trabalho realizado por cada uma delas exige que as organizações continuem atuando conjuntamente e que reforcem o trabalho coletivo. Neste sentido, as organizações presentes se comprometeram com uma agenda de trabalho, que certamente deverá alimentar o processo de construção do projeto político da economia solidária, que tenha por base a construção de redes e

cadeias produtivas nos territórios.

Esta atuação coletiva pressupõe compartilhamento das informações sobre projetos e financiamentos, buscando escapar da lógica do balcão. Além disso, problemas políticos que eventualmente se tenha quanto à atuação de uma das organizações devem ser explicitados de maneira aberta e franca no coletivo.

F.4.3. Sobre as contribuições das organizações nacionais para a construção do projeto político da economia solidária

UNICAFES

O sistema Unicafes está presente em 11 estados, compreendendo 240 mil famílias e 900 cooperativas. A Unicafes está voltada para o fomento do cooperativismo no âmbito da agricultura familiar. Neste sentido, a Unicafes está comprometida em estimular a discussão e participação das cooperativas da agricultura familiar no movimento de economia solidária. Além disso, a Unicafes está abrindo espaços internos de interlocução da agricultura familiar com a economia solidária e o comércio justo.

UNISOL

A Unisol possui hoje seis setoriais (metalurgia, confecção e têxtil, artesanato, reciclagem, cooperativa social e habitação), atuando hoje 16 estados, com 187 empreendimentos filiados, envolvendo diretamente nove mil pessoas, com faturamento anual dos empreendimentos de 600 milhões de reais. Atuação em defesa do marco jurídico da economia solidária, cuja origem esteve no enfrentamento do PLS 171, quando se iniciou uma atuação mais conjunta das organizações. A Unisol está na construção de redes e cadeias produtivas, em particular, as cadeias do algodão (Justa Trama), das biojóias, do biodiesel, do mel e da metalurgia (Renaci).

ANTEAG

A Anteag atua principalmente nos seguintes segmentos: agroindústria, agroecologia, reciclagem, confecção e mineração. A atuação da Anteag está centrada no marco conceitual e jurídico, educação/capacitação, gênero e assessoria. A Anteag atua hoje em 12 estados, envolvendo aproximadamente 120 empreendimentos.

Cáritas brasileira

A Cáritas hoje atua, na verdade, em 15 FEES e não apenas em 9 como apresentado no levantamento. A Cáritas possui uma linha de ação para a economia solidária, que conta com um forte trabalho voluntário em suas regionais. A Cáritas atua no fomento e na articulação dos fundos solidários no sentido da construção de um novo sistema de finanças efetivamente solidário. A Cáritas só trabalha em parceria e em diálogo com as forças presentes na economia solidária, em especial as organizações nacionais.

IBASE

O Ibase atua na produção de informação, a partir de pesquisas e da atuação no território, que fomenta o projeto da economia solidária. O Ibase está vem contribuindo na construção do SIES, Hoje está responsável por um projeto, apoiado pela Senaes/TEM, de desenvolvimento do SIES. Este projeto tem três objetivos: construção de uma tipologia dos EES, desenvolvimento de uma metodologia para construção de redes e cadeias e mapeamento de 30 políticas públicas municipais de economia solidária. Outro campo de atuação do Ibase é a questão das finanças solidárias. A contribuição do Ibase para este campo se liga ao acúmulo na análise e estudo do Pronaf, à atuação, junto com a Rede Brasil sobre Instituições Financeiras, visando a democratização do BNDES. E, ainda, ao trabalho no campo da segurança alimentar, contribuindo com a articulação deste campo em torno ao projeto dos fundos solidários.

Rede de Incubadoras (ITCPs)

A Rede hoje está em 12 estados, tendo 30 incubadoras e 216 empreendimentos incubados. Das 30, 18 possuem financiamento do Proninc. O objetivo da rede é o de ampliar a presença dos empreendimentos nos FEESs, já que hoje esta participação é de apenas 20%.

A missão da Rede é a da produção coletiva de saberes, produzindo ciência e tecnologias que aliam atividades de ensino, pesquisa e extensão, numa perspectiva de uma nova relação da

Universidade com setores da sociedade que estão em situação de exclusão. A Rede vem participando e promovendo encontros, seminários, feiras, além da produção acadêmica e os cursos em favor da economia solidária.

PACS

Desenvolvimento de metodologias de formação em economia solidária a partir da experimentação no território. Apoiar na construção do movimento nos campos formação direta, produção de metodologia e de materiais de apoio.

Contribuir na interlocução com a assembléia popular, as articulações na América Latina e mesmo fora do continente.

Rede Unitrabalho

A Rede Unitrabalho contribui no desenvolvimento e aperfeiçoamento de metodologias de formação em Economia Solidária, dando territorialidade e troca de informações na rede. A estratégia de apoiar cadeias produtivas se materializa nos Centros de Referência, tendo em funcionamento o da cadeia da reciclagem e mel e, em implantação, o de fruticultura e agroecologia. Temos incubadoras em 26 unidades da federação, contudo nem todas estão nos fóruns em virtude de distâncias territoriais ou por definição de prioridade (porque a maioria dos professores militantes nas incubadoras estão com sua carga horária de atividades sobrecarregada na Universidade). A Unitrabalho tem participado de todas as reuniões do Fórum de Pró-reitores de extensão para ampliar o espaço da economia solidária nas universidades e sobretudo pautar para dentro delas a necessidade de desenvolvimento de tecnologias para a Economia Solidária. Há ainda a participação efetiva da rede nas construções do Marco Legal e nos embates nesse tema. Temos buscado debater e desenvolver métodos e técnicas de autogestão nos EES.

FASE

Atua no apoio a organizações associativas e cooperativas e organizações de mulheres, com foco na base e em fóruns e redes, realizando um processo de formação e assessoria com foco nas questões de Manejo florestal Comunitário, Agroecologia, empoderamento das mulheres, Economia Solidária, Gestão e administração de empreendimentos, Controle social de políticas públicas, Estatuto da Cidade, Agenda 21, Orçamento Participativo; através de dois programas nacionais organizados em seis estados.

IMS

Atua no apoio a pequenos projetos, onde a questão do repasse dos recursos vem acompanhada de processo de formação. Na economia solidária, temos algumas linhas de apoio: de geração de renda, incubadoras populares, avanço conceitual e fortalecimento de redes, feiras e fóruns.

Gestão do programa nacional de fomento de feiras de economia solidária, que nasce como proposta do FBES e que tem se tornado um mecanismo de fortalecimento e interiorização dos FEES, de visibilidade da economia solidária, espaço para encontro, partilha e formação de parceria com outros atores da sociedade civil e de governo. As questões que surgem deste terceiro ano do programa são: o desenvolvimento de cadeias produtivas, o sistema de comércio justo, a sistematização de experiências e a comunicação da economia solidária. Através das outras unidades sociais Maristas, o IMS participa de fóruns e redes em seis estados (CE, MG, RJ, PE, ES e DF).

G. Encaminhamentos para a IV Plenária Nacional

O dia 8 de maio iniciou-se com a socialização dos resultados dos encontros por segmento. Depois disso, ainda pela manhã, foram organizados 6 grupos de trabalho, que debateram sobre o documento provocativo levando em conta os resultados já debatidos durante o dia anterior, que foram os seguintes: 1. análise de conjuntura por região e entidades nacionais; 2. retrato dos FEESs; 3. reações dos FEESs e entidades nacionais ao documento provocativo; 4. encontros por segmento.

As questões que foram trabalhadas nos 6 grupos foram as seguintes:

1. Quais são os temas que devem ser debatidos na Plenária? (parte 1 do documento provocativo)
2. Quais são as questões de gestão e funcionamento do FBES que devem ser debatidos na Plenária? (parte 2 do documento provocativo)
3. Qual deve ser a dinâmica para a Plenária? (método, agenda e mobilização)

Os relatórios dos 6 grupos encontram-se em anexo.

Estes relatórios foram sistematizados por João Correa e Benedito, da coordenação executiva do FBES, e esta sistematização foi debatida em plenária deliberativa da coordenação nacional nos dias 9 (tarde e noite) e 10 (início da manhã) de maio.

Abaixo seguem os encaminhamentos aprovados em plenária, como resultado final dos trabalhos em grupo.

Observação

Aqui apresentamos apenas as deliberações da plenária. Uma das decisões tomadas é que todas as contribuições dos grupos sejam utilizadas pela Comissão Organizadora Nacional da IV Plenária na elaboração do documento-base, além das reações ao documento provocativo (vindas dos fóruns estaduais e entidades nacionais), e os resultados dos Encontros Regionais de Reestruturação do FBES.

G.1. Quais eixos temáticos devem ser debatidos na IV Plenária Nacional de ES?

Eixos temáticos

Eixo 1: Marco Jurídico

Eixo 2: Finanças Solidárias

Eixo 3: Produção, Comercialização e Consumo

Ressalva: que todos os 3 conceitos sejam trabalhados de maneira aprofundada, um por um, além da articulação entre eles.

Eixo 4: Formação

Observações

Observação 1:

A Comissão Organizadora deve considerar as contribuições dos grupos sobre as temáticas ao elaborar o documento-base.

Observação 2:

O tema “gênero e economia solidária” deve ser abordado em todos os 4 eixos.

G.2. Qual o eixo agregador dos 4 eixos temáticos?

- Projeto Político Nacional tendo a economia solidária como modelo de desenvolvimento humano e econômico endógeno (sustentável e territorial) pautado na autogestão.
- A identidade e a especificidade da economia solidária, pois ela tem que se identificar como contraposição ao sistema capitalista, levantar a discussão capital/trabalho.
- O controle social das políticas públicas institucionalizadas;

Além destes, há muitos outros elementos nos relatórios dos grupos e na sistematização da reação dos FEESs e entidades nacionais ao documento provocativo, que devem ser levadas em conta na elaboração do documento-base.

G.3. Quais são as questões de gestão e funcionamento do FBES que devem se debatidas na Plenária?

A Comissão Organizadora Nacional deve sistematizar as várias contribuições existentes sobre este tema (dos encontros regionais, das reações dos FEES e entidades ao documento provocativo, e dos debates dos 6 grupos), organizando-as da seguinte maneira:

- 1. Questões Conceituais**, tais como: Papel do FBES – o que é o FBES? Definição e papel de cada segmento – o que é um empreendimento solidário? o que é uma entidade de apoio? o que é uma entidade nacional? o que é um gestor público? etc.
- 2. Questões Estratégicas**, tais como: Alianças estratégicas do FBES; Visão a longo prazo: início de planejamento estratégico para os próximos 3 a 5 anos; etc.
- 3. Questões Regimentais**, tais como: instâncias do FBES e sua composição e quantidade de pessoas; critérios para ser entidade nacional, para ser Fórum Estadual, para ser gestor público; etc.

G.4. Como deve ser a dinâmica para a plenária?

G.4.1. Organização:

- Cada estado deve constituir a sua Comissão de Organização da Plenária Estadual, que deve ter os representantes do FEES da coordenação nacional
- Constituir uma Comissão Nacional de Organização da Plenária, com a seguinte composição: Coordenação Executiva, e uma das pessoas da Comissão Estadual deve fazer a ponte com a Comissão Nacional de Organização da Plenária, e estas pessoas podem compor grupos de trabalho nacionais de organização da plenária (total de 13 pessoas, além de mais 27 pessoas que participam de grupos de trabalho);
- Ter pelo menos um representante da Comissão Nacional de Organização da Plenária no momento da plenária estadual.

G.4.2. Agenda

- O detalhamento da agenda rumo à plenária deve ser enviado pela Comissão Organizadora Nacional
- A Plenária Nacional deve ocorrer em março de 2008, em Brasília-DF

G.4.3. Composição e quantidade de delegados da Plenária

O número total de delegados é definido através de critérios elencados abaixo, com uma margem de acordo com a quantidade de empreendimentos e entidades participantes das plenárias estaduais e regionais. Esta margem será decidida pela Comissão Nacional de Organização da IV Plenária.

Os critérios para a proporção são os seguintes:

- considerar os critérios da conferência
- considerar a força e tamanho do movimento no estado (empreendimentos e entidades regularmente participando dos fóruns estaduais)
- considerar a quantidade de empreendimentos, entidades e gestores públicos (naqueles fóruns que houver) que participaram das Plenárias microrregionais e estaduais do ano passado.

Proporção entre os segmentos

A proporção dos delegados de cada estado, entre segmentos, é a seguinte:

- Empreendimentos Solidários: 60%
- Entidades de assessoria: 20%
- Gestores públicos: 20%

G.4.4. Informação adicional

- Meta de 3.000 pessoas no ato público, por caravanas mobilizadas pelos estados

H. Lançamento da Frente Parlamentar em defesa da Economia Solidária

H.1. Carta do FBES em apoio ao lançamento da Frente

Manifesto de apoio à criação da Frente Parlamentar em defesa da Economia Solidária no Brasil

Brasília, 08 de maio de 2007

A Economia Solidária é caracterizada por práticas econômicas baseadas na autogestão e cooperação, em que os trabalhadores são os donos dos meios de produção, e a gestão se dá de forma democrática, normalmente se manifestando em grupos associativos, denominados Empreendimentos Solidários, que assumem uma grande diversidade de formas, tais como cooperativas e associações de produção, comercialização, consumo e finanças solidárias, grupos de trocas solidárias e bancos comunitários com moeda social, entre outras.

A Economia Solidária constitui o fundamento de uma globalização humanizadora, ambiental e socialmente justa, voltada para a satisfação racional das necessidades de cada um e de todos os cidadãos e cidadãs brasileiras seguindo um caminho intergeracional de desenvolvimento sustentável solidário.

Os princípios que norteiam a economia solidária são:

- O trabalho emancipado, o saber e a criatividade humanos como práticas fundadas em relações de colaboração solidária e inspiradas por valores culturais que colocam o ser humano como sujeito e finalidade da atividade econômica.
- A busca de outra qualidade de vida e de consumo, formas de produção que respeitem o meio ambiente o que requer a solidariedade entre os cidadãos do centro e os da periferia do sistema mundial perseguindo a felicidade dos membros da economia solidária e, ao mesmo tempo, de toda a sociedade brasileira.
- A busca da unidade entre produção e reprodução da vida, evitando a contradição fundamental do sistema capitalista, que desenvolve a produtividade, mas exclui crescentes setores de trabalhadores do acesso aos seus benefícios.
- A eficiência econômica não pode limitar-se aos benefícios materiais de um empreendimento, mas se define também como eficiência social, em função da qualidade de vida e de todo o ecossistema.

Portanto, a Economia Solidária é um poderoso instrumento de combate à exclusão social, pois apresenta alternativa viável para a geração de ocupação, trabalho e renda e para a satisfação direta das necessidades de todos, provando que é possível organizar a produção e a reprodução da sociedade de modo a eliminar as desigualdades materiais e difundir os valores da solidariedade humana.

No interior da Economia Solidária, aglutinando forças sociais e políticas dos três segmentos do movimento de Economia Solidária (empreendimentos solidários, entidades de apoio e fomento, e gestores públicos), está o **Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES)**. O FBES surgiu em 2001 durante a realização do I Fórum Social Mundial, e desde então configura-se como espaço de debate, formulação e proposição de políticas públicas de fomento à Economia Solidária, além de representação do movimento de Economia Solidária no Brasil.

Nesse sentido, a constituição da Frente Parlamentar em Defesa da Economia Solidária do Brasil, soma-se ao esforço de milhares de trabalhadores e trabalhadoras que buscam transformar o Estado brasileiro em lugar do exercício da cidadania dos mais pobres.

Nós, 97 integrantes da Coordenação Nacional do FBES, vindos dos Fóruns Estaduais de todos os 27 estados do país e 16 Entidades e Redes Nacionais de Apoio, manifestamos nossa satisfação e total apoio à criação e consolidação da **Frente Parlamentar em Defesa da Economia Solidária no Brasil**, através de nossa presença neste evento de lançamento desta importante iniciativa.

Queremos dialogar permanentemente com a Frente Parlamentar sobre a constituição de um outro marco legal que contemple legislação específica para economia solidária, e por isso

apresentamos três propostas:

1. Construção do *Estatuto da Economia Solidária*, um conjunto de leis de fomento e reconhecimento dos empreendimentos solidários enquanto atores econômicos, diferenciados do mercado informal. O FBES possui várias propostas neste sentido;
2. Apoio da Frente Parlamentar na garantia de incorporação de Programas de apoio ao desenvolvimento da Economia Solidária no Plano Plurianual 2008 – 2011, em todas as etapas até sua execução;
3. Firmar uma aliança estratégica entre o movimento de Economia Solidária, representado pelo FBES, e a Frente Parlamentar em Defesa da Economia Solidária no Brasil, a partir da realização de uma Audiência Pública entre ambos no primeiro semestre deste ano;

Sem mais para o momento, aproveitamos para desejar sucesso e reafirmar nosso apoio a esta nova e importante articulação no âmbito da Câmara Federal.

H.2. Relatório da cerimônia

Na tarde do dia 08 de maio de 2007, à partir das 16h, deu-se início à solenidade de lançamento, na Câmara dos Deputados Federais, da Frente Parlamentar em Defesa da Economia Solidária no Brasil (FPES). Estiveram presentes @s 97 integrantes da Coordenação Nacional do FBES, graças à articulação entre o deputado Eudes Xavier e a coordenação executiva do FBES, que possibilitou o agendamento do lançamento da Frente durante o período em que ocorria a VII Reunião da Coordenação Nacional do FBES (7 a 10 de maio).

O evento foi coordenado por Eudes Xavier, presidente da FPES. A mesa foi composta por Tarcísio Zimmermann (PT/ RS), Lenivaldo Lima (FBES/ PE), Paul Singer (SENAES/ MTE) e Deputada Raquel Marques (PT/CE).

No início da solenidade foram lidas as mensagens encaminhadas pela Rede de Gestores, pelo Governo do Ceará, enviada em nome do presidente do Instituto de Desenvolvimento do Trabalho, e pela Setorial de Economia Solidária do Partido dos Trabalhadores. Foi realizada a leitura do requerimento da Deputada Raquel Marques para criação da Frente de ES no Ceará.

O presidente da FPES deu início à solinidade ressaltando que a Frente alcançou 184 assinaturas de deputados federais, o que garantiu a formalização desta articulação na Câmara Federal. Em seguida passou a palavra para @s membros da mesa.

H.2.1. Falas da mesa

Paul Singer – Secretário Nacional de Economia Solidária

O secretário da ES no governo federal expressa que sente-se muito feliz e honrado por estar na cerimônia, pois trata-se de um momento que todos “sonhavam”. Ressalta a importância da Frente ter alcançado 180 deputados na ES. Segundo ele, os interesses da ES se fundem com interesses de todos trabalhadores do país, todos os empreendimentos têm sócios, donos dos meios de produção que são trabalhadores. O quadro da ES abrange o desemprego, miséria e luta contra as sociopatias, mas estamos na luta conta estas questões. A formação da FPES impulsiona esta luta ao trazer mais uma possibilidade de viabilização desta luta.

Há poucos meses foi aprovada a lei do supersimples, mas ela trazia um agravante para a formalização dos empreendimentos de baixa renda no país. Na lei constava que as cooperativas, exceto de consumo, não poderiam se beneficiar desta lei. Nos mobilizamos para superar esta injustiça. Nos mais de 15mil empreendimentos mapeados, 98% estão na na categoria microempresa. Excluir todas elas, impedindo sua legalização consideramos injusto. O deputado Tarcísio, em contato com CNES e SENAES apresentou emenda para que os empreendimentos da ES tivessem os benefícios do supersimples. Esta emenda já foi aprovada no Congresso. A vitória não foi pequena. Vai agora para o plenário e FPES terá que alertar para que seja aprovada e, certamente, Lula a sancionará. Esta lei é um instrumento para formalizar as cooperativas, as associações, para que os trabalhadores se beneficiem do Brasil formal.

Temos vários projetos tramitando no Congresso para ES. Alguns não afetam só a ES, mas por sua solidariedade com trabalhaodres temos interesse noutros projetos de lei. Veto à emenda 3, por exemplo, contra super receita, os direitos trabalhistas mesmo que não afete diretamente aos

trabalhadores da ES, estamos nesta luta. Uma lei muito importante para a ES trata-se da lei 7009, lei das cooperativas.

O Eudes Xavier, um deputado recente neste Congresso, tomou a iniciativa de criar esta Frente e agora que começa a funcionar, com sua liderança e de outros companheiros deputados, vamos defender os interesses legais e econômicos de gente pobre deste país, solidários ou não. Dou parabéns ao Eudes e através dele a todos nós.

Tarcísio Zimmermann – Deputado federal PT/ RS

O deputado começa sua fala com uma história, cuja passagem coloca “eles não sabiam que era impossível, foram lá e fizeram”. O Eudes fez aqui o que nós que estávamos há mais tempo não tínhamos realizado, nos sentíamos sós. Mesmo entre aqueles que tinham a ES como bandeira, nós não nos correspondíamos. O lançamento da FPES para estes companheiros deputados é um “alento”, especialmente pela presença da militância. Quando a gente consegue reunir mais de 5 deputados podemos considerar um sucesso e aqui temos ainda mais companheiros. Com a Frente vamos conseguir dar agilidade para que a emenda ao supersimples seja aprovada na Câmara. Para a construção da proposta desta emenda os companheiros da SENAES tiveram participação e o CNES deu o aval para a encaminharmos. Devemos muito ao deputado Odair para a elaboração desta emenda.

Quando à FPES, este o primeiro passo que estamos dando no avanço do legislativo federal, reconhecendo a força da ES no Brasil. Neste momento, estamos preparando uma proposição que facilitará a tributação dos empreendimentos. Este é um segundo passo, que temos que dar, levar esta proposta para a FPES, CNES, FBES. Sabemos que o governo Lula está sensível para as questões da ES.

Elvino Bongas – Deputado estadual PT/ RS

A ES é um novo conceito de organização da sociedade, com outras relações de trabalho, para produzir, compartilhando a renda. Todos estes temas fundamentais podem estar contemplados neste projeto da ES. Por isto, deputados como Tarcísio, que atuam nesta área das cooperativas são fundamentais. O Estado não pode ficar neutro, cego diante de uma política de desenvolvimento. Deve ser indutor de políticas públicas que viabilizem os empreendimentos da ES, oferecendo capacitação, possibilidade de mercado, financiamento público. No RS cobramos do governo uma política pública e a aprovamos, mas no governo passado não tivemos força para mantê-la.

O Fórum Gaúcho de ES está coletando assinaturas para a apresentação de um projeto de lei popular da Economia Solidária. A mobilização pretende recolher 10.000 assinaturas e apresentar o Projeto na Assembleia Legislativa dia 12 de junho.

NO RS estaremos buscando deputados estaduais para se juntar à FPES, pois queremos estar em todos os espaços.

Temos que ampliar o mercado socialmente orientado, ampliar os programas para ES para que se democratizar os recursos públicos.

Raquel Marques – Deputada estadual PT/ CE

Parabeniza aos deputados e ao Paul Singer, que está a frente das políticas para a ES no governo Lula. A assembléia tem de nós todo entusiasmo e apoio. Estamos lançando no Ceará uma frente parlamentar para ES. Este lançamento é mobilizador para que no país se crie outras frentes nos estados e nas câmaras de vereadores para a ES como aconteceu com a Frente para a Criança e Adolescente. A ES é um contraponto ao capitalismo que exclui, que deixa fora grande parte da população. Garantimos que os pequenos, os empreendimentos se tornem formais, lutamos pela redução tributária, com mais esta emenda que elaborada pelo deputado Tarcísio vamos avançar ainda mais. Mas temos que avançar ainda mais, tanto na legislação federal como nos estados. Historicamente o país encontrou solução para os grandes empresários e proprietários. Agora é a hora e a vez dos pequenos da ES criarem um marco legal, um fundo estadual da ES, bancos comunitários para pequenos empreendimentos, para pequenas iniciativas.

Um outro mundo e economia são possíveis e a ES é esta outra economia. O povo trabalhador tem no Brasil e América Latina buscado saídas, ocupado fábricas, tantos desempregados. Vamos à luta!

Lenivaldo Lima – FBES

Lenivaldo, representando o FBES na solenidade lê a carta elaborada pela Coordenação do FBES em apoio ao lançamento da Frente. Ao finalizar a leitura, complementou: “Para nós do FBES uma

outra economia é possível e é possível porque já acontece nos empreendimentos econômicos solidários.

H.2.2. Falas da plenária

Raimundo Gomes de Matos – Deputado federal PSDB/ CE

Esta é a quinta frente que está oficillizada pela casa. Temos as Frentes para a Saúde, Ambientalista, Portadores de Necessidades Especiais e para a Reforma Política. Graças ao empenho do Eudes temos a FPES. Sabemos que muitos deputados assinaram a lista sem nem saber o que assinaram. Talvez pelo nome bonito, por conta da articulação ou do bigode do Eudes (sic). Mas esta iniciativa vai ganhar espaço para os deputados nos seus estados, junto às entidades comunitárias. Atualmente são 15mil projetos da ES. Que nós deputados não estejamos aqui para aumentar a impunidade, diminuir a maioria penal mas, que possamos trabalhar para a qualidade de vida, integração, intersectorialidade maior. Esta casa vive da pressão, quando tem pressão mais efetiva a Câmara tem mais atividade.

Fala de deputado (nome não registrado pela nossa relatoria)

Parabéns a Paul Singer.

Sou parlametnar de primeiro mandato. Desde o início de nosso mandato quando cada um afirmou suas bandeiras de trabalho, o deputado Eudes disse que iria assumir como prioridade a ES. Parabenizo este espírito seu [Eudes], outro mundo é possível!

Somos representantes do povo e povo quer outras piroridades. Temos que ter a coragem e solidariedade para lutar juntos. Considero revolucionárias expeirências de bancos de alimentos e a compra direta, pois são estímulos para as famílias, para que tenham uma segurança e por onde se desenvolver.

Dep. Antônio José Medeiros PT/ SP

Desde que Eudes lançou a FPES minha segunda prioridade seria ES e a outra a educação.

Para nós é importante termos este governo eleito, é importante que continuemos deseenvolvendo políticas públicas para a ES, mas precisamos mobilizar mais os atores. O FBES tem que estar mais presente, para articular aqueles que estão participando de algumas iniciativas, oferecendo apoio técnico, financeiro, dando visibilidade a este espírito. Não se faz ES sem relações de solidariedade. O acúmulo destas relações traz como benefício de todos a responsabilidade social, distribuindo riqueza na sociedade.

Esta será uma frente parlamentar autêntica, fazendo o acompanhamento de leis, posi está ligada ao que está acontecendo na realidade. Vamos fazer este casamento com FBES, SENAES e FPES.

Deputado Praciano PT/AM

A partir do momento em que comecei a atuar junto à ES, que antes não fazia parte do meu foco, nunca tive tantas visitas no meu gabinete, pessoal de Paritins me questionando sobre as ações para economia solidária.

A iniciativa de criar esta frente promove uma cultura, potencializa mostrar que o país não é só dos grandes, que os pequenos estão se organizando. Lembramos da Zona Franca de Manaus, do Rio Grande do Sul com as indústrias do calçado, os grandes canaviais no nordeste que são grandes organizações, mas e os pequenos?

Para mim existem quatro motivos para a pobreza: políticas sem qualidade e instituições que não estão a serviço da comunidade, grandes empresários e empreiteiros que não reconhecem a sua função social e o próprio povo que não se manifesta contra esta situação. A sociedade se esquece que maioria que gera riqueza e uma minoria que manda. Mas queremos que a riqueza seja redistribuída.

Flavio Bezerra PMDB/CE

Estou aqui representando uma classe profissional: aqueles que vivem da pesca. No CE há fartura de lagosta, os empresários investiram, os trabalhadores foram trabalhar para eles e hoje estes trabalhadores estão passando dificuldades. Mas, sabemos que esta classe está se organizando, se avivando e nesta “casa” temos que lutar por eles também.

Agradeço ao dep. Eudes por ter levantado esta frente.

Humberto Oliveira – Secretário de Desenvolvimento Territorial do MDA

Parabenizo a iniciativa da criação da FPES, que é uma conquista para o Congresso. Ressalto a importância do FBES, que é uma iniciativa bonita de organização da ES no Brasil. Por esta organização conquistaram a SENAES no governo Lula, secretaria que é inseparável da figura do Paul Singer. Em meu nome e do ministro Guilherme Cassel reafirmo que o MDA se pauta pelo princípio da ES. O MDA é o ministério da ES no meio rural brasileiro.

Selvino Heck – Assessor especial da presidência da República

Eudes, quero saudar esta iniciativa do FBES e dos deputados. Faço em nome pessoal, tenho uma história de atuação em movimentos sociais, pastorais, mas também me manifesto como assessor especial do presidente Lula. Temos feito um trabalho no país de articulação na base, com as famílias mais pobres que resistiram ao longo do tempo que estão construindo outro país. Este país está baseado no trabalho e na mística dos brasileiro que se organizam. Todos nós militantes da ES estamos de parabéns. Vamos lutar para que nosso trabalho de assessoria possa contribuir para esta construção. Estamos sempre à disposição.

Paulo Cesar

Em nome do deputado Odair Cunha parabenizo a organização desta Frente. Na sua campanha à reeleição o deputado assumiu o compromisso que trabalharia pela ES. A elaboração da MP 3 foi fácil, pois estava comprometido com a causa. Queremos somar força ao movimento que esta “casa” está iniciando.

Quero registrar que no sul de MG vamos organizar o encontro sul mineiro de ES. Convido Paul Singer para participar.

Ademar – Cáritas Brasileira/ FBES

O FBES decidiu orientar suas falas pelos quatro grandes eixos que foram destacados em nosso processo de reestruturação rumo à IV Plenária: finanças solidárias, comercialização, marco jurídico e formação.

Sobre as finanças solidárias, nesta solenidade já apareceu a questão do PRONADES. Queremos que o PPA assegure, como o PRONAF, a constituição de um programa com fundos já existentes, criando condições que fundos existentes se direcionem para a ES. Outro sistema de finanças é possível! As finanças solidárias. Dentro deste processo há ainda quatro grandes ações: micro-crédito solidário, bancos comunitários e as cooperativas de crédito. Queremos que se avance para além do micro-crédito individual, passe para a ação de autogestão. Sobre os bancos há dezenas de entidades gestoras de fundos com diferentes moedas sociais.

Eudes estive no seminário sobre fundos solidários e no seu primeiro pronunciamento na Câmara abordou este tema. A presidência assumiu a proposição do seminário que esteja tema esteja no PPA.

Sandra Magalhães Banco Palmas/ FBES

Companheiro da Rede Cearense, Eudes! Pra nós do movimento da ES é uma satisfação muito grande estar dentro do processo de construção e consolidação da ES no Brasil. Gostaria de falar em nome da Rede Cearense que estamos confiantes no seu trabalho que já está surtindo resultado no Estado e no Brasil.

Clovis Vailant UNITRABALHO/ FBES

A formação para a economia solidária avançou em parceria com SENAES e MEC, mas ainda é incipiente para demandas que se colocam na ES. Precisamos de uma formação para o novo homem e mulher. Para a construção de outra economia e sociedade tem que aprovar leis que sejam perpendiculares às políticas públicas. Vamos necessitar desta frente para discutir educação. Os empreendimentos necessitam ter acesso à tecnologia que respondam às suas demandas. Temos uma grande diversidade de experiências: desde grupos com 5-6 mulheres, até grandes cooperativas. Queremos avançar num programa que ajude na escolarização dos trabalhadores. Temos a experiência do PRONERA, por aí podemos construir.

Arildo UNISOL/ FBES

Nós do FBES e entidades de representação nacional precisamos trabalhar junto com a FPES numa lei geral do cooperativismo do século 21 que contemple todo o setor, que tenha um capítulo especial sobre a ES, procurando valorizar os trabalhadores para que tenham condições de desenvolver-

se via autogestão. A constituição afirma a livre representação, então temos que avançar no projeto de lei do cooperativismo que contradiz constituição.

Temos que criar um marco jurídico para o registro dos empreendimentos. Precisamos de um tratamento diferenciado, como a lei da micro e pequenas empresas, pois hoje é difícil trabalhar com segurança jurídica. Se vai disputar licitação sendo cooperativa, não consegue colocar-se no mercado. Sobre as leis que tramitam nesta temos o projeto de lei do dep. Osmar Dias, Suplicy e o projeto específico sobre cooperativa de trabalho. Com todo este acúmulo tem que trabalhar para o estatuto da ES e lei que contemple todo o campo da ES.

Ricardo Berzoini PT/SP

Fiz questão de participar desta solenidade porque é um tema fundamental. A articulação do conjunto da ES é uma iniciativa que surgiu após décadas de experiências. A ES propõe uma outra relação econômica, sendo que seus empreendimentos atuam dentro do capitalismo, mas com uma proposta distinta.

Espero que a FPES consiga muita articulação política, atuação forte no governo federal disseminando a cultura da ES, dentro das limitações que tem uma frente, mas atuando com todo seu potencial. A ES precisa de crédito, formação e capacitação.

Dione Manetti SENAES/ MTE

Estamos dando mais um passo forte para consolidação da ES, para organização do povo trabalhador no país. Na SENAES, há quatro anos começamos uma caminhada, tudo que dissemos que iríamos fazer era realidade estranha ao Estado brasileiro. A ES tem sido uma estratégia de ação importante para o MTE, foi incorporada pelo MDA, incorporada como instrumento de luta pelo MDS, além de outros órgãos do governo que passaram nestes quatro anos a ter ações para a ES. Penso que demos mais um passo com a criação da FPES, sendo que esta casa precisa pensar a regulamentação da ES. Sabemos que há deputados que podemos contar para melhorar a qualidade de vida do povo brasileiro.

Marcos Arcanjo – Rede de Gestores/ FBES

Expresso a disponibilidade e interesse da Rede de Gestores em reforçar e ampliar esta frente. Já estamos escrevendo aos gestores integrados à nossa rede uma carta para que façam contato com deputados da sua região para que se aproximem da FPES.

Eudes Xavier CE/PT

Se nosso mandato acabasse hoje, certamente, consideraria a criação da FPES a nossa principal obra. Vamos continuar a pautar a ES neste Congresso.

Tarcisio Zimmermann RS/ PT

Nesta casa que muitas vezes é mal falada a gente também encontra escopo de solidariedade e ausência. a esperança de um novo, nós reconhecemos que um outro mundo é necessário para as pessoas. com eudes e tantos outros a gente encontra este espaço da solidariedade e construção de mundo novo. nós todos somos caminhantes de uma caminhada que começou há muito tempo, somos todos um pouco quilomboais, revolucionários da comunidade, colunas prestes, todos os lutamos sociais e cívicos, somos mulheres, da livre orientação sexual. somos muita coisa. em nome de todos nós da caminhada cearense da ES que foi envolvida com CETRA e instância frentista. entrega um livro para singer. viva a ES. tem aqui um escopo de solidariedade, de compromisso desses parlamentares, e tem aqui mais um pedacinho da caminhada que vamos fazer neste país.

Fátima Bezerra RN/ PT

Reitero nosso compromisso com a ES, faço parte da FPES. O RN tem estado muito presente na luta do fortalecimento da ES. Estou muito feliz com a iniciativa.

Eudes Xavier CE/ PT

Agradeço a presença dos prefeitos do RS nesta solenidade! A gestão pública municipal pode ajudar muito tanto a frente como os empreendimentos.

H.2.3. Lista dos deputados presentes ao Lançamento da Frente

1. DEP. EUDES XAVIER -PT/CE – (61)3215-5472
2. DEP. ADÃO PRETTO - PT/RS - (61) 3215-5271
3. DEP. FATIMA BEZERRA – PT/RN - (61) 3215-5236
4. DEP. GUILHERME MENEZES - PT/BA - (61) 3215-5743
5. DEP. JOSÉ EDUARDO CARDOZO - PT/SP - (61) 3215-5719
6. DEP. RICARDO BERZOINI - PT/SP - (61) 3215-5344
7. DEP. REGINALDO LOPES - PT/MG - (61) 3215-5426
8. DEP. MARIA DO CARMO LARA - PT/MG - (61) 3215-5373
9. DEP. RAIMUNDO GOMES DE MATOS - PSDB/CE - (61) 3215-5725
10. DEP. JANETE ROCHA PIETÁ - PT/SP - (61) 3215-5578
11. DEP. DANIEL ALMEIDA - PCdoB/BA - (61) 3215-5317
12. DEP. TARCÍSIO ZIMMERMANN-PT/RS - (61) 3215-5372
13. DEP. ODAIR CUNHA -PT/MG - (61) 3215-5556
14. DEP. IRINY LOPES -PT/ES - (61) 3215-5469
15. DEP. FLÁVIO BEZERRA -PMDB/CE - (61) 3215-5267
16. DEP. ANTONIO JOSÉ MEDEIROS -PT/PI - (61) 3215-5375
17. DEP. MAURÍCIO RANDES - PT/PE - (61) 3215-5256
18. DEP. PRACIANO -PT/AM - (61) 3215-5803
19. DEP. LINDOMAR GARÇON-PV/RO -(61) 3215-5254

I. Diálogo do FBES com Ministro do Trabalho e Secretários do MDA e do MDS

I.1. Falas iniciais

Coordenação: Ademar Bertucci

Ademar (Cáritas Brasileira/FBES)

Esse é um momento muito especial, e também de nervosismo, para todos nós. O FBES está na caminhada para a sua reestruturação e percebemos hoje aqui diversidade de forças presentes o que muito nos anima nessa caminhada. O FBES tem notável destaque de ações por todo o Brasil e também é referencia internacional. Estarão também presentes, nessa reunião, conosco representantes do Chantier de Quebec, Canadá, onde estamos avançando em parcerias importantes. Aqui hoje, só para a mesa ter uma idéia, estão presentes representantes das cinco regiões do Brasil, convido cada região a se levantar, e também as entidades nacionais que compõe o FBES.

Região Norte (Joana Palheta – PA)

O que reivindicamos para a região norte é o Programa de Desenvolvimento Sustentável com os princípios da Economia Solidária, respeitando a sócio-diversidade, a biodiversidade e toda a dimensão geográfica da região. Também queremos a criação de uma mercado justo e solidário para a Amazônia Legal (Nacional e Internacional) e o apoio à Feria Pan Amazônica pode dar visibilidade a essa bandeira de luta. Mas para que tudo isso seja possível é necessário a criação da Agência de Desenvolvimento da Amazônia, futura SUDAM. Que o governo federal desenvolva e apóie uma política internacional de um livre mercado justo e solidário amazônico, que tenha saída pelo Perú, Venezuela, Guia e Guiana Francesa com total respeito ao meio ambiente e a cultura local. Que as cadeias produtivas sejam potencializadas, como as cadeias das palmáceas amazônicas, pisciculturas, floricultura tropical, abelhas nativas, plantas medicinais e alimentícias com a valorização da cultura folclórica, o artesanato regional. Também precisamos de apoio para as redes de formação, capacitação, para a criação das centrais de comercialização, centros de referências, as feiras

municipais, estaduais, regionais e locais de economia solidária.

Região Nordeste (Lenivaldo Lima – PE)

{não relatado}

Região Sudeste (Sidney R. Morelli – SP)

A região sudeste está inserida no contexto de Economia Solidária nacional com forte representação, pois, segundo o mapeamento dos empreendimentos levado a efeito pela SENAES, há em nossa região 2404 empreendimentos qualificados com sendo da E.S. (900 em SP, 521 em MG, 260 no ES e 723 no RJ). Nos mais variados setores incluindo aqui as empresas recuperadas. Ressalte-se que estas últimas foram uma opção de se apropriar de massas falidas, pelos próprios empregados delas, para a continuidade de se ter trabalho e renda. Como exemplo cito a Cooperativa Remodela, que representa, a qual produz biocombustível a partir de óleo usado de frituras (óleo urbano) com possibilidade de se usar óleo novo e como é de pequeno porte pode ser implantada em pequenas localidades. Estes empreendimentos estão minimamente organizados em fóruns municipais, regionais e estaduais juntamente com Entidades de Apoio e Fomento (EAF) e Gestores públicos. Sr. Ministro, nos estados de MG e ES já existem leis aprovadas esperando regulamentação, nos estados de SP e RJ há projetos de leis em discussão e este quadro se repete em vários municípios e esperamos que nossas experiências possam servir de modelo a outros estados que desejarem. No entanto uma grande dificuldade dos empreendimentos solidários é a sua própria regulamentação, pois se para uma empresa convencional se constituir são necessários até 180 dias, para nós esse processo chega a 2 anos. Isto nos coloca em situação de fragilidade, uma vez que “não existimos” para efeito de licitações, de vendas e outras coisas, inclusive não nos permite recolher os tributos. Nós, Sr. Ministro, não somos uma economia informal, somos uma economia solidária que quer ter uma identidade com CNPJ e até contribuir tributariamente com o município, o estado e a União. No âmbito nacional o que esperamos é a continuidade da SENAES e em conseqüência a continuidade dos nossos empreendimentos solidários. Ainda é indispensável o apoio interministerial para nosso movimento, incluindo aqui a 2a. Feira Nacional de Economia Solidária a realizar-se em novembro deste ano em Belo Horizonte/MG.

Região Centro-Oeste (Maria Odília – GO)

A região centro-oeste sempre sofreu com o modelo do agronegócio. Queremos políticas públicas para a efetivação de outro modelo de desenvolvimento, contrário e que combata o modelo do agronegócio. Reivindicamos também para a região centro-oeste a formação de redes de produção, comercialização e consumo; formação com a prática de novos valores, que associe tecnologia de forma apropriada. Também reivindicamos a criação do PRONADES e de um Programa de Revitalizado dos empreendimentos das regiões.

Região Sul (Alexandre Tkotz – SC)

Bom dia a todos e todas, é um prazer ter essa mesa de honra que prestigia a coordenação nacional e que tem como objetivo principal nos ouvir. Temos duas partes que separam essa minha fala enquanto representante da região sul, primeiro, uma pequena análise de conjuntura e segundo, apresentar nossas reivindicações. O Paraná possui um programa estadual de economia solidária, em SC estamos iniciando um diálogo com algumas secretarias do governo. Nos três estados a economia solidária cresce com a presença forte de empreendimentos urbanos e rurais e que trazem suas demandas. Nos três estados temos empresas recuperadas pedindo apoio. O que é vital para nós e para o movimento é a conquista do nosso reconhecimento, o estatuto e marco legal, quanto a questão da comercialização, os empreendimentos devem conquistar o direito ao acesso às contas públicas, às leis que permitam cooperativas e associações comercializarem. Reafirmados o PRONADES, queremos apoio para uma ampliação e visibilidade do movimento de Economia Solidária. A região sul reafirma também como fundamental a manutenção das políticas da SENAES, seus recursos e quadro técnico.

Ademar (Cáritas Brasileira/FBES)

Queremos mais do que nunca é avançar nas conquistas no campo da Economia Solidária.

Paul Singer (Secretário Nacional de Economia Solidária – MTE)

A existência do FBES é essencial para nosso movimento. Somos pioneiros nisso em todo mundo, nesse tipo de organização. Existem iniciativas na Europa, na África, na Ásia mas nada comparado ao Brasil, uma instância que agrega todos os estados e várias entidades e correntes que discutem,

debatem e praticam a ES. O FBES fará quatro anos, junto com a SENAES, nesse período muitas foram as conquistas e lutas. A ES esta intimamente ligada a preocupação ambiental mais do que isso, é uma prática de inclusão social e que está gerando renda. Um exemplo, estamos recolhendo óleo das cozinhas das casas e transformado isso em energia limpa, no Paraná esta se reciclando água nas casas, tudo com tecnologia barata. Estamos diversificando a economia e o FBES reúne essa diversidade tão rica e profundamente fecunda. Nos da SENAES temos as mesmas lutas e estamos construindo isso de forma conjunta. O FBES é a base viva do Conselho, é onde estão as experiências vivas da Economia Solidária. O FBES esta ampliando suas relações, por exemplo com o Canadá que estará presente nessa reunião.

Heliana Kátia (Secretária de Articulação Institucional e Parcerias – MDS)

Bom dia para as pessoas presentes. O ministro Patrus Ananias tem total carinho pelas ações da ES. O que proponho hoje aqui é uma reunião reuniao com os três ministros e a frente parlamentar para propor uma articulação de ações conjuntas. Estamos hoje atendendo onze milhões e meio de pessoas com a bolsa família, dessas 92% atende mulheres e mais da metade do recurso é utilizado por essas mulheres para a alimentação de seus filhos. São as mulheres que estão gerindo este recurso e fomentando a economia popular. Vou disponibilizar para todos aqui o guia de ações do Bolsa Família para tornar mais acessível o acesso ao programa e aos recursos. Este guia também se encontra na página do MDS. Existe um compromisso muito sério entre nós e o MTE, realizamos a Conferência Nacional de Economia Solidária juntos. Quanto ao Fundo Rotativo Solidário fizemos a proposta e reforço que o MTE e MDA abram também as portas para esse processo. Que o Lupi, aqui presente, abra o diálogo sobre este Fundo, o que levará certamente a aprovação. Temos uma parceria com a Petrobrás, que depositam dinheiro em nossas ações pois não temos recursos, nossa luta diária é conseguir recursos. Recebemos vários bens e temos que construir um canal para esses recursos, como computadores, tecidos seja levado até aos que realmente precisam. O FBES pode ser um canal importantíssimo nesse sentido.

Ministro Carlos Lupi (Ministério do Trabalho e Emprego)

Agradeço a vocês por estar aqui, a convivência nos faz evoluir e tenho aqui a oportunidade de saber mais. Minha origem é humilde e perdi meu pai muito cedo e fui o provedor de minha casa. A solidariedade descobri em uma casa de vila que moramos e que havia uma pensão com uma mulher extremamente solidária que sempre nos sedia alimentos sem seu patrão saber que estava fazendo isso. Admiro o professor Singer e o pedi para não me abandonar e o disse que, o que faz é de grande mudança e promove a mudança do pensar. A política da solidariedade e a política do mundo moderno e vai ainda dominar nossas relações, pois o mundo que está ai é injusto e racista. A solidariedade é o caminho, temos que investir nisso com recursos e não com discursos. Fundamental o fortalecimento do movimento, como o marco legal e a regulamentação e formalização, em alguns estados isso já existe e temos que reproduzir isso para os outros estados. Estou a disposição de vocês e do professor Singer. Não faço políticas pequenas e quero agregar várias outras políticas. Meu desafio é que a ES se amplie ainda mais, quero dobrar os recursos de investimento. Temos que criar as demandas, tem dinheiro para bancos e multinacionais porque não para o povo. O papel de vocês é esse, se organizarem para que conquistem suas necessidades. Cobrem de nós, é nossa obrigação atendê-los em suas necessidades, por isso cobrem e cobrem muito. Diante dessa mesa composta e as organizações presentes, que o nosso partido passe a lutar pelas bandeiras e reivindicação do movimento de economia solidária. O Ministério do Trabalho é parceiro de vocês. Na política existem desavenças mas que nesse início peço que confiem em nós, eu quero ser parceiros de vocês, na prática e não apenas no discurso. Daqui a seis meses terão orgulho de mim se deixarem, pois irei apoiá-los em suas ações. Singer é referência para nós...vamos começar a mexer e ampliar os orçamentos para a economia solidária e pressionar os partidos nos estados para fazerem parcerias com a ES.

Ademar Bertucci (Cáritas/FBES)

Esse momento rico, de diálogo aberto e transparente, é dessa forma que firmamos uma agenda de compromisso. Queremos uma agenda entre a coordenação executiva, antes do Conselho Nacional, como Ministro. Podemos firmar essa agenda entre SENAES, FBES e Ministério. Que as Delegacias Regionais de Trabalho (DRT's), nesse processo de mudança, continuem sendo parceiras da ES e dos FEES.

Humberto Oliveira (Secretário de Desenvolvimento Territorial – MDA)

Bom dia todos e todas! Importante nossa conversa com o FBES. Quero saudar as pessoas que falaram pela regiões e todos aqui na mesa. Ao Eudes parabêniso pela criação da Frente Parlamentar

em Economia Solidária. A criação do MDA vem de uma concepção muito próxima da reforma agrária e da agricultura familiar, cuidamos sim do desenvolvimento do meio rural, que é formado pelo conjunto de seres humanos que vivem da terra. Mas também temos ligações com vários outros segmentos, como os quilombolas, o movimento de mulheres. Cuidamos do desenvolvimento rural, que sempre foi abandonado pelas políticas públicas nesse país. Historicamente, o interior do Brasil foi abandonado pelas políticas do estado o que requer um olhar especial, criamos assim a SDT que é também nova como a SENAES e pretendemos avançar nessa parceria com a ES. Temos políticas que são insumos para a ES, como a política de crédito para o meio rural e pretendemos ampliar nossos recursos, o Plano Safra, por exemplo, pretendemos aumentar os recursos. O PRONAF hoje se ampliou em várias outras linhas, como para as mulheres, jovem, mas queremos ampliar mais. As políticas do Ministério é um estímulo a ES, vamos criar um Departamento do Cooperativismo e Vital, aqui presente, irá assumir. Uma discussão recente e que tem que avançar é a ação entre ES e Territórios Rurais, temos que avançar na discussão de um tema que esta intimamente relacionado. Precisamos do apoio do FBES nesse processo. Fizemos um cruzamento entre os territórios e os empreendimentos mapeados, que demonstrou dados importantes que podem, e muito, nos auxiliar no processo de construção de políticas públicas de projetos. O estado brasileiro nunca soube tratar os/as agricultores/as familiares nesse país. O MDA quer ser parceiro na criação do marco regulatório e do PRONAFES. Queremos fazer junto as Feiras de ES e as Feiras de Agricultura familiar, fortalecer os empreendimentos com a disponibilização de estruturas de apoio a centros de comercialização e fomento ao SECAFES. Assinamos em baixo na proposta de fortalecimento do Fundos Solidários, fortalecimento do cooperativismo e da agricultura familiar, pois para nos a ES é uma princípio de ação.

Ademar Bertucci (Cáritas/FBES)

Estamos discutindo eixos fundamentais de articulação e estamos caminhando para a organização e ações nos territórios.

Eudes Xavier (Deputado Federal – PT/CE)

Agradeço ao convite e a vocês por ontem, no lançamento da que tanto enalteceu nosso marca. Agradeço a mesa e a cumprimento, especialmente ao Singer por ser uma referencia teórica que tanto precisamos, uma prática sem teoria é por si cega. Somos um movimento de trabalhadores que lutamos pela mundo do trabalho. A Frente Parlamentar tem um marco de vida, mais do que político. Sou novato para coordenar tamanha proposta, minha proposta é formar uma frente pluripartidária. Temos que chamar deputados que se identifique com a nossa causa. Temos que cavar espaço para orçamentos, sou um operário dentro da câmara que está trabalhando em nome da ES, o foco do meu mandato é a ES e todos temas que ela envolve. Essa frente tem que trabalhar pelo Marco Legal, nosso Estatuto tem que sair e essa será uma de nossas metas. Outra discussão, sobre o softer livre tem que ser nosso luta também, assim como o tema da reciclagem e da tecnologia com o meio ambiente. Vamos reunir e discutir com outros parceiros da África, da Ásia e nossos parceiros aqui dentro do Brasil para propor a discussão do Marco Legal. O Bando do Nordeste irá disponibilizar horas técnicas para o auxílio na Frente Parlamentar. Peço a ajuda de vocês para que pressionem seus vereadores de seus municípios, serão aliados preciosos. A Bancada do nordeste é a maior e queremos pautar o diálogo sobre o tema da ES. Ontem, com presença de vocês houve reações positivas quanto a ampliação do número de deputados nessa frente. O difícil não é ser parlamentar mas conseguir manter nossos princípios socialistas.

I.2. Falas da plenária

Braná (Acre)

A feira Pan Amazônica quer demonstrar que na Amazônia tem economia sim e que gera riqueza e que é uma região estratégica para o mundo, devido a sua importância ambiental. Estamos pedindo apoio de vocês da mesa na construção dessa grande feira.

Nereide Coelho (Bahia/FBES)

Queria dizer que não conseguimos acessar o programa Bolsa Família, esse recursos tem que ser repassado de forma direta para nós que precisamos dele pois a burocracia nos municípios é muito grande, temos dificuldades.

Christiane Almeida (Unicafes/FBES)

Parabenizo à Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) pelas iniciativas de construção das políticas e do estímulo à criação de instâncias de organização como a UNICAFES. Temos um desafio dentro do FBES que é levar a discussão da ES para o mundo rural, neste sentido as feiras serão um dos instrumentos. Gostaríamos de reforçar essa parceria e apoio. Comunicar também que deputados/as estão organizando uma Frente Parlamentar da Agricultura Familiar e queremos apoio de todos e também a do Eudes, aqui presente. Saliento também a importância do Sistema Brasileiro de Comércio Justo ser mais debatido dentro do FBES, existem propostas sobre certificação a serem implantadas no Brasil que estão vindo de fora, precisamos construir esse referencial junto às nossas bases.

Nelson Moares (Goiás/FBES)

Sou membro de uma associação de agricultores familiares em transição para produção de orgânicos, não temos acesso à internet, mas queremos saber como podemos acessar os projetos da SDT.

Raimundo dos Santos (Ceará/FBES)

Gostaria que o Vital explicasse melhor o setor que trabalha com o cooperativismo dentro da SDT.

Ademar Bertucci (Cáritas/FBES)

Gostaria de perguntar ao Eudes sobre a possibilidade de apoio da TV Câmara à Economia Solidária.

I.3. Falas da mesa – encerramento

Eudes Xavier (Deputado Federal – PT/CE)

Queremos unir as frentes parlamentares que possuem objetivos em comum. Quanto à imprensa, estamos cavando espaços para a ES na TV Câmara. Temos o rádio também que iremos cavar espaço dentro da Câmara.

Vital Filho (Gerente de Negócios e Comercialização da SDT/MDA)

Quanto às feiras, já existe um acordo entre SENAES, IMS, UNICAFES e MDA e recursos já estão reservados. Estamos procurando ampliar mais para garantir as feiras estaduais, regionais, a de Santa Maria e a Pan Amazônica pois no ano passado nossa participação se deu de forma não muito estratégica e investimos pouco recursos. Quanto ao sistema de comercialização, está é uma exigência do mercado, se não sairmos na frente a instrução normativa virá de cima para baixo. Quanto a pergunta do Nelso, normatizamos as nossas políticas e temos uma preferência em trabalhar e financiar iniciativas em rede não com projetos isolados, o sul é uma exemplo dessa organização. Uma demanda dos movimentos é a criação de uma departamento para discutir o cooperativismo, esse departamento será criado e esta se discutindo um programa dentro do PPA. Temos que ter um programa específico para a ES.

Ademar Bertucci (Cáritas Brasileira/FBES)

Peço uma fala do Singer sobre o Conselho e as discussões sobre o PPA. No Comitê Permanente se discutiu a preocupação com os projetos com o nome de economia solidária, que pode vir a nos prejudicar. Mas o FBES discutiu essa discussão e definiu que muitos projetos como o nome de ES seria uma forma de dar visibilidade e força da ES. Vários projetos sim, mas com um objetivo em comum. Foi colocado pelo Comitê Permanente uma reunião com o mistério antes de fecharmos a proposta do PPA.

Paul Singer (Secretário Nacional de Economia Solidária – MTE)

Cada mandato presidencial exige um PPA que se inicia no segundo ano de mandato. Sua importância é pela definição de um orçamento para quatro anos. E a organização dos programas e suas ações, definição do quanto vai se gastar em cada programa. O programa demonstra os gastos que teve no último ano e se faz uma projeção, dentro dos recursos disponíveis, dos gastos para o próximos anos. Existe um manual para a construção do PPA e temos que entregar as nossas propostas dentro do PPA e levamos isso para dentro do Conselho através dos Comitês Temático do Conselho. Os comitês estão discutindo as propostas para o PPA, estão produzindo propostas e o Comitê

Permanente teve o papel de sintetizar essas propostas. Quanto ao PRONADES, uma deliberação da Conferência Nacional de Economia Solidária, as resoluções devem se basear nas deliberações dessa Conferência. Mas como otimizar o PRONADES, é através da criação de uma lei, é por emenda? Ainda não sabemos ao certo temos que avançar nisso, como colocá-lo dentro do PPA, que para cada meta tem que haver um resultado. Na SENAES achamos que ela deve aparecer dentro do Marco Legal. Uma prática do Ministério do Planejamento é fundir programas sem ouvi-los. Temos um prazo curto para enviarmos nossas propostas e a política do Ministério do Planejamento, cada vez que aparecer a palavra economia solidária, eles vão fundem os projetos. Nesse novo PPA a ES vai aparecer em muitas ações e não em programas, e é isso que importa pois os recursos estão aí concentrados. As próximas etapas são: passar pelo setores de planejamento de cada ministério e depois pelo ministério do planejamento, que fará seus arranjos e enviarão novamente aos ministérios que levarão a discussão para dentro de seus conselhos. Digo a todos publicamente que a reunião do Conselho será alterada pois o ministro não poderá estar na data definida. Estou dando muita importância ao PPA devido a conquista de espaço institucional, mais do que a garantia de recursos que virá com muita luta.

Ademar Bertucci (Cáritas Brasileira/FBES)

O PPA tem um prazo para ser levado, que é agosto, pedimos apoio aos deputados. Esse é um PPA nacional mas existem os PPA nos estados também, onde também temos que atuar.

Eudes Xavier (Deputado Federal – PT/CE)

Pimentel será o relator geral do orçamento este ano e poderemos buscar seu auxílio, nesse caso me comprometo a fazer uma reunião com ele sobre esse assunto.

Ademar Bertucci (Cáritas Brasileira/FBES)

A delegação do Québec/Canadá acaba de chegar ao Brasil para fazer o diálogo com o FBES. Mesmo sabendo que o momento de diálogo será amanhã, peço a Nancy Neamtan que nos diga algumas palavras de boas vindas.

Nancy Neamtan (Chantier – Québec/Canadá)

Estou feliz em chegar ao Brasil e poder dialogar com os nossos camaradas. Nossa caminhada de diálogos vem já de algum tempo, desde 2003. Estou impressionada com os avanços desde essa data até aqui, hoje no Brasil. Convido ao Eudes para fazer formação com o deputados/as do Canadá. Essa nossa parceria é importante pois somos semelhantes em nossa lutas e por isso é fundamental o continuar de nossa parceria. Nossa parceria começou com a visita de uma delegação do Brasil em nosso país no momento em que comemorávamos dez anos de nossa caminhada. Entrego esta placa com a declaração de nossa Conferência Nacional de Economia Social e Solidária para Paul Singer e para o FBES.

J. Informes

J.1. Programa de Feiras 2007

J.1.1. Informe inicial

Shirlei, representando o Conselho Gestor do Programa de Promoção do Comércio Justo e do Consumo Consciente - Feiras em Rede de Economia Solidária e Agricultura Familiar 2007. Neste momento foi lançando o Programa, lançou o programa neste momento e passou informes.

Segundo Shirlei, o programa de 2007 apresentará os avanços de 2006 e tenta contemplar os desafios que surgiram. Uma mudança que significa um avanço é a presença do MDA e a formação de um Conselho Gestor do Programa que está constituído por representações do FBES (Christiane Almeida/ UNICAFES, Daniel/ Secretaria Executiva FBES), da SENAES (Dione e Haroldo), do MDA

(Maria Antônia) e do IMS.

Há expectativa de fazer feiras em todos os estados. Em plenária todos os estados indicam que querem fazer feira. Este processo é uma conquista nossa. Vamos estar em todos os estados.

Como a equipe nacional para a realização das feiras é muito grande e no IMS há apenas duas pessoas para coordenar o trabalho, neste ano, haverá articuladores regionais. Estes articuladores trabalharão em escritórios do IMS, com telefone, computador e recursos para ir para outros estados. Uma das tarefas será ser como auxiliar na construção das plenárias.

Continuará havendo interlocutores estaduais, mas com um diferencial. Os estados enviam, pelo menos três currículos. Vamos investir no perfil técnico: tem que mexer com nota fiscal, articulação de parceiros e a captação de recursos. Haverá recurso para articulação para dentro do estado.

O plano de trabalho está diferente. Não tem mais os valores. O que vai determinar o valor da feira será a proposta enviada, considerando o número de empreendimentos participantes, estar mais próximo do termo de referência.

Está havendo negociação para a realização de feiras regionais para dentro dos estados. O edital não será lançado hoje, pois está sendo negociado. Shirlei solicita que sejam enviados palpites para a construção da proposta de feiras regionais.

Os editais das feiras estaduais serão distribuídos ainda nesta reunião, bem como o termo de referência, edital de contratação de interlocutor.

Serão produzidas cartilhas para contribuir com a preparação das feiras: entre elas uma cartilha sobre as cadeias produtivas e sobre sistematização de experiências. Esta cartilha poderá ajudar nas sistematizações das plenárias estaduais, se o material chegar nos estados antes das plenárias estaduais.

Sobre o PAFES: haverá um recurso para aplicação do PAFES, para qualificar o material que se produz com esta pesquisa.

Equipe 1 e Equipe 2: não foi possível registrar.

Equipe 3: com residência em Belém ou Manaus.

Equipe 4: com residência em Fortaleza.

Equipe 5: com residência em Recife.

Feira de Santa Maria/ RS: estão abertas as inscrições.

Feira PanAmazônica: Os representantes do Acre apresentaram o projeto arquitetônico da feira. Será realizada em Rio Branco, de 5 a 9 setembro, coincidindo com dia da Amazônia. A estrutura física será com material da Amazônia, com o mínimo de cimento. A proposta é trabalhar a ES dentro de um contexto de Amazônia, dando um recado para AL que existe uma economia na Amazônia que é feita pela organização dos trabalhadores, seringueiros.... A Amazônia é uma região estratégica para o mundo, pela sua biodiversidade, é importante para nós que estamos lá e para o Brasil, o Brasil tem que conhecer.

A Feira Nacional de ES será entre os dias 7 e 11 de novembro, em BH, na Serralheria Souza Pinto. Neste momento estão captando recursos. Ainda não foi definido o número de empreendimentos que irá de cada estado. A ida provavelmente será de ônibus..

J.1.2. Debate em plenária

Haverá uma feira de ES no Fórum Social do Mercosul, em junho, Curitiba.

No ENEJA fazer uma feira ou amostra da ES. Já houve reunião com SENAES.

Émerson/ RN: Programa de Feira tem um formato fechado. Mas as possibilidades que as feiras abrem são muitas. Se fosse para usar estes recursos para contribuir com as feiras que já existem.

Luiz/ MG: quantas pessoas são esperadas na TEIA?

Sobre a Feira PanAmazônica: Que a Feira tenha espaço para debate para os Fóruns Estaduais. Não apenas comercialização, mas discussão dos Fóruns.

Estados da Região Norte Programa: Tocantins está mais próximo do Maranhão, teria que ser revista a região na qual Tocantins foi inserido.

J.1.3. Respostas

Quanto às outras demandas de feiras que vão sendo feitas ao Programa: o programa desenhado cabia até feiras temáticas, mas teve que ser adequado.

Fórum Social: sabemos do FS, mas para haver uma contribuição do programa o Fórum e quem está na organização da feira tem que se articular.

ENEJA: vamos estar junto com MEC para discutir para além do ENEJA. Feira é um processo. Feiras Permanentes: o próprio MDA tem um programa de apoio à feiras. Demos um passo grande nas feiras regionais.

Comitê: formado pelo FBES que puxa, pelo MTE, parceiro mor, MDA. Desejo é que o Programa entre dentro do PPA, mas isto é um processo nosso dentro do CNES.

Feira Nacional de ES: será uma feira grande, estamos pensando que o número de empreendimentos seja próximo do ano passado, mas com mais qualificação. Temos como nos organizar até lá. Número de empreendimento: estamos terminando de fechar a proposta. Vamos precisar organizar todo mundo. A qualidade está na organização.

Regionais do Programa de Feiras: se não estiver bom vamos conversar. A divisão é negociada. Temos uma questão que é o deslocamento.

Fórum Social Nordestino: foi solicitado recursos para o programa de feiras.

J.2. Fundos Solidários

Ademar apresenta como estão as discussões sobre os fundos solidários.

Sobre as feiras salienta, antes, que é importante garantir um diálogo entre a organização da feira PanAmazônica com o pessoal de Santa Maria/ RS, no sentido de assegurar a autogestão dos empreendimentos. Santa Maria tem muitas comissões trabalhando para organizá-la.

Sobre os fundos solidários: a partir do grupo de trabalho de Finanças Solidárias soube-se de uma grande quantia de recursos que estavam disponíveis no governo federal e, a partir disso, foram realizadas 40 plenárias para discutir fundos solidários.

O BNB assumiu de fazer um projeto antecipatório para acessar este recurso disponível. No Nordeste há 17 projetos aprovados que tem a ver com os fóruns locais. Serão abertas novas inscrições para o nordeste deste fundo do BNB. Programa BNB: em junho os 17 projetos se encontrarão para discutir redes. Por exemplo: na Paraíba há 1800 fundos rotativos. Estes recursos possibilitam tornar visível e mostrar para governo que crédito bancário não está chegando onde deve chegar.

Há 2 anos se criou um comitê gestor para aprovar projetos para este fundo, sendo formado por: FBES, FSA, ASA-NE, Mutirão de Combate à Fome. Este grupo gestor: seminário nacional em fevereiro, previa cerca de 100 pessoas com a cumplicidade dos bancos comunitários, dos bancos cooperativos, agentes PPDLES, microcrédito. Os fundos ambientais vieram para este seminário e querem que estes fundos se transformem em fundos solidários. Este evento terminou com uma proposta: na semana seguinte fomos chamados pela presidência na República que, pelos compromissos de ministérios, traz a possibilidade de colocar no PPA a estratégia dos Fundos Solidários a partir do Programa Fome Zero como uma estratégia de ação de trabalho.

J.3. Rede de Formadores em ES

J.3.1. Informes iniciais

O FBES e SENAES fizeram a primeira Oficina Nacional de educadores e educadoras de ES em 2005. Esta oficina teve o propósito de sistematizar as experiências do país. Nesta primeira oficina a comissão de formação foi transformada em GT (GT de Formação).

No ano passado e início deste ano aconteceram as oficinas regionais sobre formação e uma oficina nacional. A oficina nacional discutiu a proposta de criar uma rede de formadores. Uma questão que foi debatida na oficina é: Qual o papel do GT e da Rede?

Lenivaldo leu os encaminhamentos que foram tirados na oficina nacional para a Rede de

Formadores:

Nestas duas oficinas encontramos um lugar específico para as entidades, onde elas podem se encontrar, um lugar para aqueles que trabalham uma metodologia de autogestão, sendo que isto revoluciona todos os métodos de formação. Este é um debate que está acontecendo. As entidades têm um lugar importante. Lenivaldo salienta que há empreendimentos que estão presentes na rede: Catende, Assema. As incubadoras têm muita participação no processo que se desenrolou do final do ano para cá, houve também a participação de agentes do PPDLES. Lenivaldo coloca que as propostas últimas sobre as discussões sobre Formação foram enviadas para a lista e_solidaria. Sendo que abaixo reproduzimos a mensagem enviada em 10 de maio:

Encaminhamentos da II Oficina Nacional de Formação

Solicitamos a tod@s que CONFORME SEU LUGAR NA ECONOMIA SOLIDÁRIA entrem NESSA REDE!!!!

ANEXO A PROPOSTA DE POLITICA NACIONAL DE FORMACAO (EM DISCUSSÃO)
PROPOSTA de Encaminhamentos de consenso da II Oficina

1. A Rede de formadores é orgânica ao Fórum, mas integra todos os Formadores que estejam de acordo com os documentos produzidos na Oficina;
2. Os dois representantes dos estados se comprometem a, juntamente com os FEES, levar a discussão da Rede de Formadores para os Estados;
3. O GT Nacional de Formação continua com o papel que vem cumprindo a nível nacional;
4. Duas pessoas nas regionais irão animar a construção da rede em suas regiões de maneira provisória ate o próximo encontro regional.

Animadores Regionais

Região sudeste:

- Titular: João Luis / RJ - Suplente: Ariadne / MG
- Titular: Francisca / SP Suplente: Galdene / ES

Região Sul:

(Propõe nova participação no GT: mantém Edinara e agrega Zé Inácio)

- Titular: Edinara/ SC - Suplente:
- Titular: Zé Inácio/ RS - Suplente:

Região Nordeste:

- Titular: Lenivaldo / PE - Suplente: Ana Dubeux / PE
- Titular: Moacir Farias / RN- Rede abelha - Suplente: Nonato / CE

Região Centro Oeste:

(Propõe nova participação no GT: mantém Rosangela Góes (MT) e agrega Joana Darc Aguiar – GO).

- Titular: Rosangela/ MT - Suplente:
- Titular: Joana Darc/ GO - Suplente:

Região Norte:

(Propõe agregação de mais um no GT – hoje só tem o Sena)

- Titular: Francisco Vieira/ TO - Suplente: Geraldo Pereira / PA
- Titular: Maria Auxiliadora/ AM - Suplente: Iana Vasconcelos/ RR

Ao final, João Luís mostrou uma apresentação com imagens das oficinas regionais e da nacional.

J.3.2. Debate em plenária

Sandro/ PB: Na oficina de formação do Nordeste a participação maior foi da Bahia. Nós temos feito um esforço para que superemos as dificuldades de deslocamento que enfrentam muitas regiões.

Da PB foi apenas uma pessoa. Além disso nas discussões “foi passado o rodo”. Não conseguiu-se aprofundar nada na oficina, acabou não tendo um momento para aprofundamento.

Lenivaldo: Depois do informe do GT de Formação, acolhemos as indicações da II Oficina Nacional de Formação? Que o GT Nacional de Formação apoie e coordene a Rede de Formadores. A proposta foi aclamada pela plenária e houve uma questão de Nereide/ BA: Quando as pessoas desta rede vão apresentar nas bases este plano de ação?

João Luís/ RJ: as pessoas que foram apresentadas como sendo animadores regionais são provisórias, até que se tenha os encontros nos estados. Os estados devem confirmar ou modificar os nomes.

Sandro/ PB: a formação não pode ser da universidade, tem que ter as incubadoras, mas tem que estar voltado para a prática e teoria da educação popular. A oficina do NE foi muito mal organizada, metodologia péssima, merece que o GT faça um balanço.

Lenivaldo/ PE: concordo com o que o companheiro diz [Sandro/ PB]: Foi truncada a forma de realização da oficina de formação do NE. Não dá para fazer formação sem discutir desenvolvimento, finanças... este é um princípio básico. A opção é da educação popular, com um debate sobre o saber acadêmico.

Ademar/ DF: ao final do encontro nacional houve uma recomposição do GT de Formação, assegurando as linhas fundamentais políticas da ES. Isto a coordenação executiva assume para contribuir.

J.4. Outros informes

J.4.1. Pró-Rede de entidades de assessoria

Luciano/ RS

Os representantes das entidades de assessoria local se reuniram e estão lançando a pro-rede nacional de entidades locais.

J.4.2. Rede Brasileira de Bancos Comunitários

Sandra Magalhães/ CE

O Banco Palmas vem animando o processo de organização e criação dos bancos comunitários. De 18 a 21 de abril aconteceu o II Encontro da Rede Brasileira de Bancos Comunitários. Estamos num processo de discussão das finanças solidárias.

K. Conselho Nacional de Economia Solidária

K.1. CNES

K.1.1. Informes iniciais

Sandra Magalhães fez o informe sobre o CNES.

O FBES, em linhas gerais, tem representação de entidades nacionais e de empreendimentos no CNES escolhidos por esta coordenação nacional. A primeira reunião do CNES em novembro de 2006 foi para sua instalação, mas o Conselho foi criado no mesmo ato que criou a SENAES. O ponto prioritário definido desde a primeira reunião do CNES foi o PPA.

Conselho está constituído em Comitês temáticos: permanente, formação, comercialização, marco

legal, institucionalidade da política pública e finanças.

Sobre o PPA: o CNES fez um apanhado do que foi discutido durante as várias conferências realizadas durante o governo Lula buscando os temas relacionados com ES. Realizou-se um cruzamento para identificar as questões.

Diferente do PPA do ano passado o governo decidiu que não seriam realizadas plenárias de discussão. O governo decidiu buscar nas várias conferências as propostas para o PPA. O CNES trabalhou nesta linha acerca do PPA. Os Comitês Temáticos discutiram as propostas advindas das conferências, sendo que três estão diretamente responsáveis pelo PPA: formação, finanças e comercialização.

A participação do FBES no CNES tem sido articulada, seus representantes têm se reunido um dia antes das reuniões do Conselho para debater a pauta e, assim, leva uma discussão para dentro do conselho com as propostas do FBES. Sandra coloca que sabe que precisamos afinar esta estratégia, mas o que temos conseguido é fazermos estas reuniões preparatórias.

Na última reunião do CNES as propostas foram apresentadas para dialogar com SENAES e MTE: programa nacional de formação, programa de feiras, PRONADES (finanças solidárias) , instrução normatica do comércio justo e solidário.

Hoje a economia solidária só tem um programa no PPA: Economia solidária em desenvolvimento. Queremos mais um programa: PRONADES, a partir da SENAES. Queremos também ter outros programas em outros ministérios. Atualmente 13 ministérios e uma secretaria especial tem ações para a economia solidária.

Propomos que SENAES se reunisse com outros ministérios para articular as ação, sabemos dos entraves burocráticos, entendemos que tem limitações, mas nosso papel é empurrar estas limitações.

Propomos no CNES que seja criado um observatório de políticas públicas de ES, que prevê uma equipe para operar e esta ação poderia ficar na SENAES.

Sandra apresenta a lista dos conselheiros nos comitês. Os comitês podem ser formados por até 15 pessoas, podendo ser conselheiros ou convidados.

Sidnei/ SP: Dá um informe sobre o processo do PPA, LDO, LOA. PPA são diretrizes de governo, não fala de dinheiro. A LDO: é a definição financeira, onde haverá o recurso.

K.1.2. Composição do Comitê Permanente

Poder Público	Organizações da Sociedade Civil	Empreendimentos
Titulares	Titulares	Arnaldo Liberato - ANTEAG
Ministro de Estado do Trabalho e Emprego - MTE	Benedito Anselmo- Rede de ITCP's	Niro Barrios - UNISOL
Angela Schwengber – Rede de Gestores	Ademar Bertucci – Cáritas	Gilmar Carneiro - ANCOSOL
Fernando Bezerra - FONSET	Ari Nascimento – ADS/CUT	José Ferreira - UNICAFES
Suplentes	Suplentes	Ary Pereira - FBES
Paul Singer – SENAES/MTE	Maria Valdênia - ASA	Sandra Magalhães - FBES
Quenes Gonzaga - SGPR	João Bosco – GTA	Sebastiana Almiré- FBES
Gilson Bittencourt - MF	Maria Nezlida – Unitrabalho	

K.1.3. Composição dos Comitês Temáticos

Institucionalidade da política nacional	Formação e Assistência técnica	Comercialização, redes e cadeia de produção e consumo	Crédito e Finanças solidárias	Marco jurídico
Titulares	Titulares	Titulares	Titulares	Titulares
SENAES /MTE	MEC	MDA	MDS	SENAES/TEM
REDE DE GESTORES	Sec. Geral da Presidência	Rede de Gestores	MTE	MAPA
Min. das Cidades	MDA	MDS	Min. da Fazenda	MDA
Mazzeo (Unitrabalho)	Shimbo (Rede de ITCPs)	Fabiola (FACES)	Edmar (ABCRED)	Uberlan (Unitrabalho)
Edmar (Abicred)	Ari (ADS/CUT)	João Correa (RBSSES)	André (Rede Cerrado)	Francisco (ADS/CUT)
FACES	Clóvis (Unitrabalho)	Luiz (Rede	Waldir (ASA)	

		Cerrado)		
Unisol	Anteag	Unicafes	Ancosol	Unicafes
Ary (EESs indicados FBES)	Lenivaldo (EESs indicados FBES)	Dalvani (EESs indicados FBES)	Sandra (EESs indicados FBES)	Unisol
Ronaldo (EESs indicados FBES)	Ronaldo (EESs indicados FBES)	Joana (EESs indicados FBES)	Carlos (EESs indicados FBES)	Arnaldo (Anteag)
Domingos (EESs indicados FBES)	Carlos Omar (EESs indicados FBES)	Anteag	Joana (EESs indicados FBES)	Daniel (sec. exec. FBES)
Suplentes	Suplentes	Suplentes	Suplentes	Suplentes
FONSET	SENAES/MTE	MMA	Caixa Econômica	MTE
SEPIR	Min. das Cidades	Caixa Econômica	BNDDES	
	Sec. Esp. de Aquicultura e Pesca	Sec. Esp. de Aquicultura e Pesca	Min. das Cidades	
	Cáritas Brasileira	CONAQ	Clédis (CONAQ)	
	Cláudio (CONIC)		João Bosco (GTA)	
	João Correa (RBSES)		Cáritas Brasileira	
		João Prestes		
Convidados	Convidados	Convidados	Convidados	Convidados
João Roberto (Ibase)		Rosemary (FASE)		
Alzira		OPFCJS		

L. Debate sobre as articulações internacionais do FBES e diálogo do FBES com Chantier (nossos parceiros do Québec/Canadá)

L.1. Relações internacionais em Economia Solidária

L.1.1. Fala de Rosemary Gomes

O FBES esteve no FSM/ 2007 com uma delegação de três pessoas (Ary Moraes, Sandra Praxedes e Rose Gomes). Ainda não foi apresentado relatório do FSM.

Outros brasileiros que atuam na ES participaram do FSM, sendo que houve reunião com esta delegação brasileira, reunindo quase 20 pessoas.

A oficina e seminário do FBES aconteceram. Também aconteceu uma reunião interredes, reuniões com IFAT e duas oficinas junto com o FACES. Uma oficina sobre o Sistema Público de comercialização e outra sobre cadeias produtivas. Estas atividades tiveram a participação do MST. Os eventos não foram lotados mas foram ricos.

Interesse dos africanos: comércio e políticas públicas, como o Estado ser um regulador de mercado. Trocamos informes e material com os africanos.

Houve avanço nas reuniões de redes em relação a outros eventos. No Quênia conseguimos encontrar muitos africanos. Teve menos representação da AL, mas muitos da África. Participação de gestores públicos de outros países.

Tiramos um plano de trabalho comum neste FSM. O quarto dia foi par as confluências, como ES faz desde a Venezuela. Neste dia havia um eixo sobre novas economias, dividido em dois blocos: comércio comunitário e comércio justo e as redes da ES.

Contexto: Estar na África sem entender o idioma foi muito difícil. Durante o FSM, o transporte mais caro, comida mais cara. O evento criou uma economia para o setor privado e isto foi chocante para latinoamericanos e europeus. Havia dificuldade de estrutura, pois o ginásio não era um local adequado para as atividades.

Percebemos uma afinidade da África e a AL em discutir economia popular e ES, capacidade de produção, garantia de consumo. AL tem dificuldade de organizar o consumo, reconhecendo o ato de consumo como ato político.

Temas da agenda

Em 2008 haverá mobilizações, não um evento do FSM. As mobilizações do Eixo 21 serão conduzidas pelas articulações de MS locais. FBES mais 58 organizações assinaram a carta que define que em janeiro haverá a ação para Consumo responsável. FBES terá que definir a dinâmica destas ações para os dias 26 e 27 de janeiro/ 2008, sendo que a ação deve ser a semana inteira pelo mundo

Fórum das Américas: FBES tem que decidir se vai participar.

RIPESS: Representante da AL no FSM, levando o debate das redes AL. Foi elaborado um Plano de Trabalho que foi levado para confluência.

Colocar em rede as redes nacionais, finanças, comércio ou gênero que debatam a ES. Na reunião de Havana: Rose assumiu a responsabilidade de montar o plano de enredamento junto com uma companheira. Agora será enviado para conselho da RIPESS.

Foi elaborado um plano intercontinental RIPESS: promover serviços e incidências políticas. Em Havana decidiu-se que a RIPPESS não vai buscar se destacar no FSM, pois não tem condições de acompanhar a dinâmica do comitê do FSM.

Promoção: programa de promoção (fomento, capacitação, formação) da ES nos continentes. CAP ECOSOL (ver site). Há possibilidade de criar um programa para AL.

L.1.2. Debate com a plenária

Leni: Por que o FSM não coloca o esperanto como língua oficial.

Rose: Não acompanho o Babels, a adoção do esperanto como língua oficial foi discutida no início do FSM, mas não havia recursos para formar pessoas e nem para contratar quem conhece a língua, o trabalho de tradução no FSM acontece porque muitos são voluntários. Nesta edição havia poucos tradutores, algumas atividades tinham tradução, por exemplo a Via Campesina conseguiu traduções.

Lenivaldo: Como percebe a ES no FSM e a participação do FBES? Como está a questão de pleitear vaga do FBES no comitê nacional?

Graciete: Qual a avaliação da articulação da questão de gênero no FSM.

Rose: No documento do FSM que fala do plano de ação de 2008, o lema da campanha outro mundo é possível e está em construção. É um diálogo com as nossas campanhas.

Nas edições do FSM de POA sempre houve uma presença muito forte de empreendimentos. Hoje se questiona porque produtores de outros países não participam. Quando tem limitação de recursos tem que ter força política.

Isto tem mudado a articulação com outros segmentos. Se identificou ES, Comércio Justo, mulheres realizando atividades nos mesmos horários, sem conseguirmos fazer interlocução. Agora vamos inscrever menos oficinas para participar dos outros eventos. Não dá mais para trabalhar fragmentado. Qual é o papel da mulher na ES e nas políticas públicas? Precisamos conversar com as redes de mulheres.

Faz ver que somos cidadãos internacionalistas, acrescenta muito para o movimento.

Comitê do FSM: foi feito convite à Cáritas para integrar o Comitê. O Comitê entende que como a Cáritas já o integra, está resolvido. Temos que solicitar formalmente a entrada. Não fomos às reuniões abertas e não seguramos a vaga.

L.2. Diálogo com Chantier de l'Économie Sociale do Québec

L.2.1. Fala de Nancy Neamtan e Thérèse Ste. Marie (Chantier)

A plenária da reunião salienta que agora a mesa está composta por mulheres.

São entregues os presentes para para Nancy e Terese, sendo que os produtos são dos

empreendimentos presentes. As duas agradecem e colocam que levarão os presentes para a reunião com o conselho de administração do Chantier que acontecerá quando retornarem.

Nancy e Terese apresentam o Chantier, sendo que o conteúdo de suas falas está na placa que entregam à Secretaria do FBES.

O que ela vai falar está no documento.

O Chantier nasceu no Canadá em 1996, resultado da luta do movimento desde 1980. Mesmo morando num país rico viveram problemas comunitários e de pobreza. A partir dos anos 80 os movimentos sociais contestaram e fizeram ações conjuntas na criação de empregos e habitação popular. No Québec 40 % da mão de obra faz parte dos sindicatos, sendo que estes trabalhadores começaram a criar fundos. Também no meio rural houve iniciativas, assim como o movimento de mulheres com a marcha em Québec, em 1995, pressionou para que houvesse investimentos na ES. Neste contexto, em 1996, foi realizada uma conferência sobre trabalho e emprego, na qual se criou o Chantier. Há uma confluência de movimentos, redes e organizações que trabalhavam com cooperativas e economia social para a criação do Chantier. A primeira batalha foi a luta para que se reconhecesse a economia solidária como parte integrante da economia de Québec, que contribui para o desenvolvimento das comunidades locais e regionais, sendo que as mesmas ferramentas que se utilizavam na economia formal poderiam ser utilizadas na ecosol. Atualmente, cada vez que se fala de política econômica tem que se considerar o papel da ES. Os empreendimentos deveriam ter os mesmos ferramentas que se dá para pequenas e médias empresas. Tem-se o discurso que as empresas são independentes, mas isto não é verdade.

O trabalho do Chantier é o reconhecimento da Economia Social dentro da economia de Quebec, promover esta economia e contribuir para que esta economia possa se consolidar, lutar para que o governo dê apoio à redes de certos setores econômicos e o próprio Chantier atua com ações de apoio à redes.

No primeiro momento o Chantier organizou-se por setores, depois em forma regional e agora tem os pólos que são semelhantes aos fóruns estaduais. O conselho de administração é formado por representantes de pólos regionais e representantes de lutas. Para a representação dos pólos considera-se os produtores e as organizações de fomento.

Há duas ferramentas financeiras: uma fundada em 1957 (?) que financia empresas coletivas e a Fiducie, um “fundo paciente” que tem até 15 anos de carência, sendo que os recursos ficam sob controle do Chantier e dos movimentos. “São os povos e os movimentos que devem controlar as finanças e não as finanças que devem controlar os povos.”

Daniel esclarece: 32 pessoas trabalham com a administração do Chantier e o comitê executivo conta com 9 pessoas. Pelo menos 3 vezes por ano reúnem-se as regiões. Conselho de Administração se reúne seis vezes por ano. O Comitê Executivo são voluntários e eleitos.

Grandes desafios que tem a Economia Solidária no Québec

Depois de 10 anos de Chantier fizeram um balanço e tomaram medidas para o avanço da ES. Sabe-se que há muitos desafios, mas os dois maiores são: aproximação entre as dimensões social, econômica e, para os próximos anos é fundamental, a questão ambiental. Mobilização é o segundo elemento, levando em conta em nível internacional. Comercialização é outro desafio, como construir o acesso ao mercado, a melhoria das condições de trabalho permanente, o acesso ao capital - mesmo com avanços necessitam captar mais recursos, fortalecimento das redes de ecosol. Finalmente ter sempre presente a visão da transformação da sociedade e do modelo de desenvolvimento do país.

L.2.2. Debates com a plenária

1. Qual o nível de produção, o resultado de participação no PIB de Québec?

Nancy e Thérèse: Quando falamos de ES falamos de pontos específicos, por eles um empreendimento de ES é de propriedade e controle coletivo, administrado coletivamente, com uma missão de serviços para a comunidade, que respeita o princípio da superioridade das pessoas sobre o capital, empoderamento coletivo. Existem vários tipos de cooperativas, entre elas as de trabalho, de produtores onde eles trabalham em conjunto, cooperativas de consumidores, de trabalhadores acionários, ou ainda coletivos de trabalhadores de empresas privadas que compram ações. O objetivo é o controle da empresa. Nos últimos 10 anos surgiram as cooperativas de solidariedade, que têm raízes verdadeiramente na comunidade local, nessas cooperativas que são para trabalhos na comunidade local podem ter pessoas que trabalham nas entidades de apoio não ultrapassando 1/3 do

grupo. Existem Ong's (associações) que podem realizar atividades comerciais e são empreendimentos comunitários de ES. Elas podem criar benefícios sem poder distribuir para os membros(?), necessitam ir para as comunidades. Os membros dessas associações não são remunerados. Existem mais de 800 creches que se organizam em redes e recentemente criaram uma cooperativa para compras para as creches que, por sua vez, favorecem a compra de produtos de empreendimentos e fazem parte dos pólos regionais de ES.

2. Como trabalha com segmentos de gênero e etc?

3. Como tem sido o movimento de mulheres e qual perfil dessas mulheres?

4. Os empreendimentos liderados por mulheres tem a divisão social do trabalho?

Nancy e Thérèse: No que diz respeito a representação das mulheres há paridade entre homens e mulheres. É verdade que as mulheres estão em diferentes atividades de ES. No início existiam duas tendências: uma que devia concentrar-se para emprego para mulheres e outro dizia era uma alternativa mais ampla de trabalho. Atualmente esta segunda posição que predomina.

5. O Québec tem características próprias dentro do Canadá, tendo uma população de 7 milhões e sendo a única região francófônica. Sobre as características da ES no Québec: quais são os empreendimentos, como estão distribuídos e qual o percentual de empreendimentos familiares e coletivos?

Nancy e Thérèse: As cooperativas estão surgindo agora focadas no respeito a natureza, muitas pessoas que fazem a relação entre o meio urbano e essas cooperativas.

6. Dimensões gerais de cooperativismo e autogestão: como está nesse modelo de cooperativismo?

7. A ES é um movimento social ou de articulação?

Nancy e Thérèse: É um movimento social muito forte, e o que define é essa visão de construir uma sociedade mais justa e igualitária.

Leni (RO)

Nancy e Thérèse: Não devemos mais utilizar o termo mão-de-obra, pois não somos apenas mãos mas cérebro-de-obra.

8. Existe um órgão governamental para produzir políticas públicas e qual o papel do Chantier?

{a resposta não foi relatoriada}

M. Anexos

M.1. Anexo I – Participantes da VII Reunião da Coordenação Nacional do FBES

UF	Nome	Organização/Entidade
AC	Carlos Omar da Silva	FEES - Acre
AC	Francisca Maria Lima Matias	FEES - Acre
AC	Rosivan Oliveira	FEES - Acre
AL	Amélia Virgínia Lucena	FEES - Alagoas
AL	Martiene Alves da Silva	FEES - Alagoas
AL	Wendy Sherry O. Barros	FEES - Alagoas
AM	Ronald N. de Seixas	FEES - Amazonas

UF	Nome	Organização/Entidade
AM	Tatiane N. Conceição Valente	FEES - Amazonas
AM	Wilson Araújo Gomes	FEES - Amazonas
AP	Maria Dorama Cardoso	FEES - Amapá
AP	Miguel Teixeira	FEES - Amapá
BA	Débora Rodrigues	FEES - Bahia
BA	Eloísio Porto Santiago	FEES - Bahia
BA	Nereide Coelho	FEES - Bahia
CE	Edecarlos Rulim	FEES - Ceará
DF	Ademar Bertucci	Cáritas Nacional
DF	Daniel Tygel	Secretaria Executiva do FBES
DF	Fernanda Abreu Nagem	Secretaria Executiva do FBES
DF	Maria da Consolação Costa	FEES - DF e Entorno
DF	Patricia	FEES - DF e Entorno
DF	Paulo Henrique de Moraes	FEES - DF e Entorno
DF	Rizoneide Amorim	Instituto Marista de Solidariedade
DF	Rosana Kirsch	Secretaria Executiva do FBES
DF	Samara Sampaio	Secretaria Executiva do FBES
DF	Shirlei Silva	Instituto Marista de Solidariedade
DF	Teobaldo Rocha	FEES - DF e Entorno
ES	Denise Barbieri Biscotto	FEES - Espírito Santo
ES	José Gomes de Oliveira Filho	FEES - Espírito Santo
ES	Marilene Schulz Ost	FEES - Espírito Santo
GO	Maria Odília R. da Silva	FEES - Goiás
GO	Nelson Gomes de Moraes	FEES - Goiás
MA	Margarety Machado	FEES - Maranhão
MA	Rubénice Rodrigues	FEES - Maranhão
MA	Valdener Pereira Mirana	FEES - Maranhão
MG	Benedito Alselmo de Oliveira	Rede ITCP's
MG	Luis Carlos Carvalho	FEES - Minas Gerais
MG	Vanderli Pereira Pinheiro	FEES - Minas Gerais
MS	Edgar Luis	FEES - Mato Grosso do Sul
MS	Luciana Figueiredo	FEES - Mato Grosso do Sul
MS	Sebastiana Almire de Jesus	FEES - Mato Grosso do Sul
MT	Clóvis Vailant	FEES- Mato Grosso
MT	Miuelina Martinha de Sampaio	FEES - Mato Grosso
MT	Rogério Costa	FEES - Mato Grosso
MT	Urbano Ramos Sene	FEES - Mato Grosso
PA	Ana Miriam Braga	FEES - Pará
PA	Joana Mota Palheta	FEES - Pará
PA	João Correa	FASE
PA	Marli da Cunha	FEES - Pará
PB	Hélio Pereira Bezerra	FEES - Paraíba
PB	Maria do Socorro Santos Neves	FEES - Paraíba
PB	Sandro Gomes	FEES - Paraíba
PE	Christiane Almeida	UNICAFES
PE	Graciete Santos	FEES - Pernambuco
PE	Lenivaldo Lima	FEES - Pernambuco
PE	Raimundo Filho dos Santos	FEES - Ceará
PE	Rosana Pontes de Souza	FEES - Pernambuco
PI	Ana Maria Lima	FEES - Piauí
PI	Maria dos Remédios Silva Lima	FEES - Piauí
PR	Luciene Kanopa	FEES - Paraná
PR	Maria de Fátima Constamilan	FEES - Paraná
PR	Sônia Maria do Nascimento	FEES - Paraná
RJ	Arlete Meneses	FEES - Rio de Janeiro
RJ	Euclídia Dionísio	FEES - Rio de Janeiro
RJ	João Lopes	IBASE
RJ	João Luis	Movimento Fé e Política
RJ	Luis Jesus	FEES- Rio de Janeiro

UF	Nome	Organização/Entidade
RJ	Terezinha Pimenta	PACS
RN	Emerson Cenzi	FEES - Rio Grande do Norte
RN	Francisca Eliane Lima	FEES - Rio Grande do Norte
RN	José Valceí de Souza	FEES - Rio Grande do Norte
RO	Andrea Mendes	FEES - Rondonia
RO	Arnaldo Brito	FEES - Rôndonia
RO	Leni Silva	FEES - Rondonia
RR	Elenir Maruai	FEES - Roraima
RR	Elielma Coelho Derzi	FEES - Roraima
RR	Isis Belarmino Barbosa	FEES - Roraima
RS	Jorge Luis Elias Rodrigues	Rede de Gestores
RS	José Carlos Peranconi	FEES - Rio Grande do Sul
RS	Luciano Luz de Lima	FEES - Rio Grande do Sul
RS	Milton Mota Pantaleão Júnior	FEES - Rio Grande do Sul
SC	Alexandre Tkotz	FEES - Santa Catarina
SC	Antônia Ogliari Talgatte	FEES - Santa Catarina
SC	Patrícia Pykcs Freitas	FEES - Santa Catarina
SE	Adilson Carlos Leite	FEES - Sergipe
SE	Anderson Alves Batista	FEES - Sergipe
SE	Tiago Rodrigues da Costa	FEES - Sergipe
SP	Arildo Lopes	UNISOL Brasil
SP	Arildo Lopes	UNISOL Brasil
SP	Luis Humberto Verardo	ANTEAG
SP	Miguel Gambelli Lucas	FEES - São Paulo
SP	Sidney Roberto Morelli	FEES - São Paulo
SP	Vera Lúcia Machado	Frente Parlamentar
SP	Walmir José de Almeida	FEES - São Paulo
TO	Francisco Vieira	FEES - Tocantins
TO	Gildene Carvalho	FEES - Tocantins
TO	Lúcia de Fátima Silva	FEES - Tocantins

M.2. Anexo II – Composição da Coordenação Executiva do FBES

Empreendimentos Solidários

Tit: Carlos Omar (AC); **Sup:** Joana (PA)
Tit: Elenir (RR); **Sup:** Dorama (AP)
Tit: Pequeno (CE); **Sup:** Valdener (MA)
Tit: Lenivaldo (PE); **Sup:** Martiene (AL)
Tit: Walmir (SP)
Tit: Alexandre Tkotz (SC)
Tit: Tiana (MS); **Sup:** Domingos (DF)

Entidades Nacionais

Tit: João Correa – FASE (PA); **Sup:** João Roberto – IBASE (RJ)
Tit: Francisco – ADS/CUT (DF); **Sup:** Christiane – Unicafe (PE)
Tit: Luigi – ANTEAG (SP)
Tit: Ademar – Cáritas Nacional (DF); **Sup:** Shirlei – IMS (DF)
Tit: Bené – Rede de ITCs (MG); **Sup:** Clóvis – Unitrabalho (MT)

Rede de Gestores

Tit: Jorge Elias (RS); **Sup:** Marcos Arcanjo (CE)